



A evolução demográfica do Norte nos últimos 30 anos e o seu impacto na especialização económica dos territórios

Dados definitivos dos Censos

Índice

Introdução	3
1. A demografia do Norte no contexto nacional	4
1.1. População residente.....	4
1.2. Saldo migratório e saldo natural	4
1.3. Estrutura etária.....	7
1.4. Índice de envelhecimento e índice de sustentabilidade potencial	9
2. A demografia do Norte no contexto municipal	10
2.1. População residente.....	10
2.2. Saldo migratório e saldo natural	14
2.3. Taxas de natalidade e de mortalidade	15
2.4. Índice de envelhecimento e de sustentabilidade potencial	17
3. A urbanização do território do Norte.....	20
4. O retrato dos censos ao emprego do Norte	24
5. O emprego das Indústrias Transformadoras em detalhe	28
6. As curvas de especialização económica nas sub-regiões do Norte.....	33
Conclusões.....	38

Introdução

Com a publicação dos censos definitivos de 2021, importa analisar, detalhadamente, a evolução demográfica do Norte ao longo dos últimos 30 anos, um período suficientemente longo para se perceberem as principais tendências. Como é do conhecimento geral, a demografia provoca impactos sistémicos em diferentes dimensões, desde o económico ao social, até ao territorial e ambiental, de modo que a análise estatística dessas dimensões permite melhorar a definição dos instrumentos de política pública.

Do ponto de vista económico, a evolução populacional e a sua composição etária alteraram as condições de oferta e de procura da economia do Norte ao longo dos últimos 30 anos. Os territórios mais dinâmicos e com mais população geraram estruturas produtivas mais diversificadas e complexas, o que promoveu a inovação e a mudança estrutural nas indústrias transformadoras e nos serviços avançados. Os territórios com maiores declínios demográficos e de menor população têm, atualmente, estruturas económicas mais especializadas, sobretudo na exploração de recursos endógenos e no emprego público. Estes territórios representam uma parte residual das indústrias transformadoras. Deste modo, pretende-se analisar, com detalhe, a relação entre a dinâmica populacional e a especialização económica.

Noutra dimensão em análise, a alteração da estrutura etária do Norte teve efeitos relevantes na composição social. A Região, assim como Portugal, apresenta uma população mais envelhecida e menos jovem, em resultado de uma dinâmica que se agravou, sucessivamente, ao longo dos últimos 30 anos em todo o território da região. No entanto, nos territórios de baixa densidade – denominados de territórios do interior na portaria n.º 208/2017 de 13 de julho – o envelhecimento da população é maior, em proporção da população aí residente, do que no resto da Região. Esta dicotomia provocou problemas e desafios sociais distintos associados ao emprego, ao envelhecimento, à exclusão social, à natalidade e à sustentabilidade socioeconómica desses territórios.

As assimetrias do Norte são evidentes em vários domínios da demografia. Os territórios de baixa densidade perderam mais população do que os densamente povoados ao longo dos últimos 30 anos,

levando à desertificação de algumas áreas geográficas. Ao mesmo tempo, são estes territórios que apresentam saldos naturais mais negativos e taxas de mortalidade mais elevadas. Esta assimetria não resultou de uma oferta pública deficitária de cuidados de saúde, mas de uma população mais envelhecida nesses territórios. Neste contexto, importa analisar quantitativamente a amplitude dessas assimetrias demográficas no Norte.

Não obstante a dicotomia territorial relativa à evolução do saldo natural ao longo dos últimos 30, o saldo migratório tem tido um comportamento menos heterogéneo nos diferentes territórios do Norte. Ao longo dos diferentes censos em análise foi possível observar crescimentos no saldo migratório em territórios de baixa densidade, assim como em territórios densamente povoados. Esta situação demonstra que a atratividade dos municípios não dependeu, apenas, da dimensão populacional e económica. Outros fatores, como a localização fronteiriça, a qualidade ambiental, assim como a oferta de bens públicos contribuíram para as dinâmicas positivas analisadas neste indicador.

Parte da explicação para o reforço da atratividade resultou do processo de urbanização do território ao longo dos últimos 30 anos, uma matéria em análise neste documento. Durante esse período aumentou a população residente em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), inclusive nos territórios de menor densidade populacional. Esta tendência resultou de um balanço positivo entre os benefícios da urbanização (associados à eficiência na provisão de serviços públicos e privados) e os custos de congestão (poluição, trânsito, habitação e preços).

Para quantificar estatisticamente a problemática em análise, este documento é composto por 6 capítulos. O primeiro analisa a evolução da demografia no Norte no contexto nacional. O segundo estuda a demografia dos municípios do Norte, analisando-se as assimetrias em domínios como a população, a natalidade, a mortalidade, a pirâmide etária e a sustentabilidade potencial. O capítulo seguinte retrata a dinâmica de urbanização do território do Norte no contexto nacional e municipal.

O quarto capítulo apresenta uma leitura detalhada do emprego em 2021. Nos capítulos seguintes, analisa-se a especialização económica do Norte, com especial

relevância para o setor industrial, com base nos censos de 2021.

1. A demografia do Norte no contexto nacional

1.1. População residente

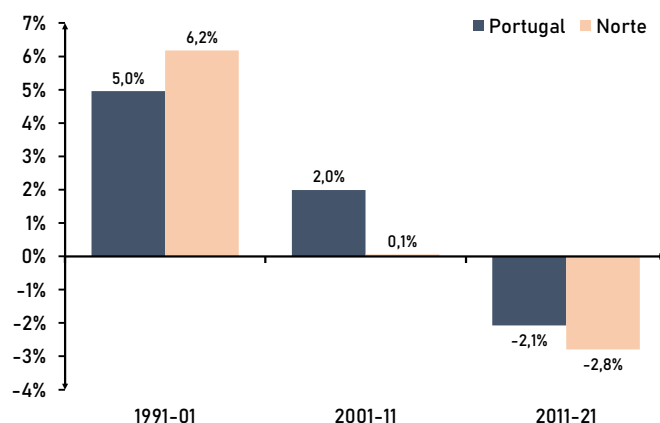
À data dos censos, a população residente do Norte era de 3 586 586 em 2021, a região mais populosa do país com uma proporção de 34,7% do total nacional, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (27,8%) e a região do Centro (21,5%) no TOP3.

Em termos dinâmicos, a população residente do Norte diminuiu 2,8% entre 2011 e 2021. O declínio demográfico da Região foi ligeiramente mais acentuado do que o observado em Portugal, que viu a população residente diminuir 2,1% durante o mesmo período.

A queda populacional do Norte entre 2011 e 2021 contrastou com o crescimento populacional registado na década de 1991 a 2001 e com a estagnação de 2001

a 2011. No período de 1991 e 2001, a população residente do Norte aumentou 6,2%, acima do crescimento nacional (5,0%). Na década seguinte, entre 2001 e 2011, a população residente da Região aumentou, apenas, 0,1%, o que compara com um crescimento de 2,0% em Portugal.

Figura 1 – Variação percentual (%) da população residente entre censos



Quadro 1 – População residente à data dos censos

NUTS II	População residente				Variação (%)			
	1991	2001	2011	2021	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 343 066	5,0%	2,0%	-2,1%	4,8%
Norte	3 472 715	3 687 293	3 689 682	3 586 586	6,2%	0,1%	-2,8%	3,3%
Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 755	2 227 239	4,0%	-0,9%	-4,3%	-1,4%
Área Metropolitana de Lisboa	2 520 708	2 661 850	2 821 876	2 870 208	5,6%	6,0%	1,7%	13,9%
Alentejo	782 331	776 585	757 302	704 533	-0,7%	-2,5%	-7,0%	-9,9%
Algarve	341 404	395 218	451 006	467 343	15,8%	14,1%	3,6%	36,9%
Região Autónoma dos Açores	237 795	241 763	246 772	236 413	1,7%	2,1%	-4,2%	-0,6%
Região Autónoma da Madeira	253 426	245 011	267 785	250 744	-3,3%	9,3%	-6,4%	-1,1%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

1.2. Saldo migratório e saldo natural

O saldo migratório e o saldo natural têm sido determinantes para a dinâmica demográfica do Norte ao longo dos últimos 30 anos. Com base nas estimativas da população residente do INE, no período mais recente, de 2011 a 2021, a queda da população residente da Região resultou, apenas, da evolução negativa do saldo natural, uma vez que o saldo migratório registou um crescimento de 2 972 pessoas.

A evolução do saldo migratório nesse período deve ser dividida em duas fases distintas, associadas ao comportamento do ciclo económico. Os primeiros anos da década (2011-14) ficaram marcados por uma profunda recessão económica e pelo crescimento significativo do desemprego, o que induziu a deterioração do saldo migratório, com a emigração a suplantarem, claramente, a imigração. No entanto, na fase seguinte, entre 2014-2021, coincidente com um período de crescimento económico e de aumento do

emprego, o saldo migratório do Norte iniciou uma trajetória de recuperação, atingindo em 2021 o valor mais elevado dos últimos 30 anos. Nesse ano, o saldo migratório da Região foi de 20 834 pessoas.

Nos últimos 5 anos da série temporal em análise, entre 2016 e 2021, o saldo migratório do Norte foi sempre positivo, alcançado o valor agregado de 60 984. Este crescimento esteve associado, também, ao reforço da competitividade regional. De acordo com o relatório da Comissão Europeia (*EU Regional Competitiveness Index 2.0 - 2022 edition*), entre 2016 e 2022, o Norte viu a competitividade aumentar em várias dimensões, designadamente, no fornecimento de bens públicos e de mérito, na eficiência económica e na inovação.

As décadas anteriores mostraram um dinamismo diferente nos saldos em análise. No período de maior fulgor demográfico do Norte, entre 1991 e 2001, tanto o saldo migratório (+69 300), como o saldo natural (+118 664) foram bastante positivos. Nesta fase, a Região beneficiou de um ambiente económico e social propício à fixação e atração de população em resultado de um forte crescimento do emprego e dos rendimentos das famílias num contexto de integração económica no espaço europeu. Ao mesmo tempo, o elevado saldo natural desse período derivou de uma estrutura etária mais jovem do que a atual.

Na fase seguinte, entre 2001 e 2011, o período de estagnação demográfica do Norte resultou de evoluções opostas nos saldos natural e migratório. Enquanto o primeiro registou um valor positivo (40 795), o segundo observou um valor negativo (-58 657). Nessa década, a competitividade do Norte para a fixação e atração de pessoas sofreu um revés considerável, tendo sido, mesmo, a única NUTS II do continente com um saldo migratório negativo.

O saldo migratório negativo do Norte nessa década derivou, sobretudo, de dois fatores de índole económico. Em primeiro lugar, a redução das taxas de juro da economia após a entrada de Portugal para a Zona Euro promoveu o consumo e a produção de bens não transacionáveis, aumentando a atratividade de territórios especializados nestas atividades económicas (Área Metropolitana de Lisboa).

Em segundo lugar, o Norte teve de enfrentar um quadro normativo e económico bastante diferente. Para além da perda da política cambial, que vinha a

ser importante para ajustar a economia perante choques externos, a Região viu aumentar a concorrência internacional em setores estratégicos, o que reduziu o emprego em ramos de atividade mais intensivos em trabalho.

Figura 2 – Saldo migratório e saldo natural do Norte nas três décadas dos últimos 30 anos

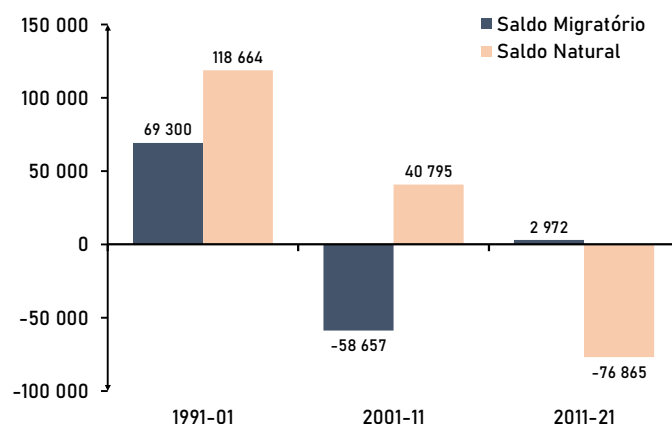


Figura 3 – Saldo Migratório e Saldo Natural do Norte

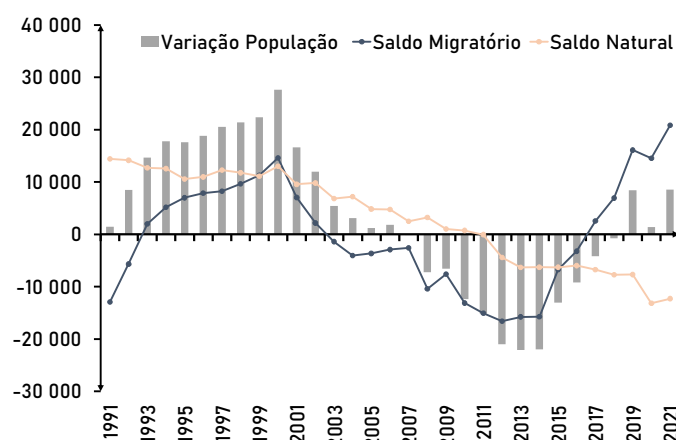
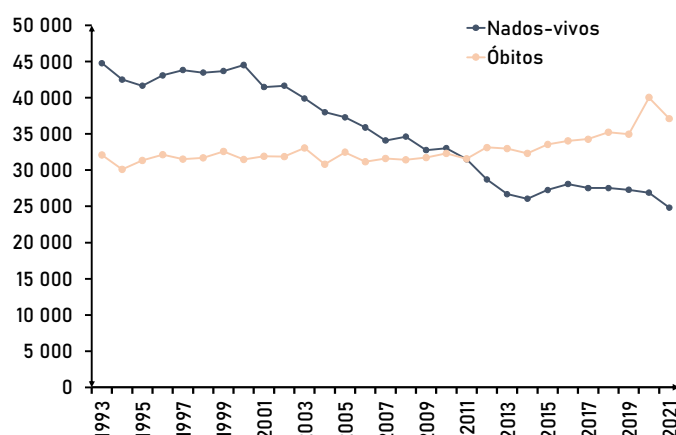


Figura 4 – Número de nados-vivos e de óbitos do Norte



Em termos prospetivos, o Norte depara-se com dois grandes desafios demográficos relativamente aos saldos em discussão. O primeiro diz respeito ao reforço da atratividade dos seus territórios através da melhoria da qualidade de vida e dos rendimentos das famílias, de modo a aumentar o saldo migratório. Não fosse o impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia e o consequente crescimento da inflação em 2022 e 2023, o contexto seria favorável ao aumento populacional por via a imigração.

Antes desse choque externo, a economia do Norte encontrava-se numa situação próxima de pleno emprego, tendo registado um forte aumento do saldo migratório em 2021, de forma que a aplicação conjunta dos investimentos previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030 iriam provocar um aumento da procura de trabalho que teria de ser satisfeita com o auxílio da imigração. Agora a conjuntura é de maior incerteza. No passado

recente, como mencionado anteriormente, a década de 1991-01 ficou assinalada por um saldo migratório positivo no Norte, num contexto de um forte crescimento do emprego, de modo que a estabilização da conjuntura internacional será benéfica para a dinâmica populacional.

O segundo desafio consiste em aumentar a taxa de natalidade, a qual tem vindo a diminuir constantemente ao longo dos últimos 30 anos. A taxa de natalidade do Norte foi, em média anual, de 12,1 nados vivos por cada mil habitantes na década de 1991-01, a mais alta do continente, tendo diminuído para 7,5 na década de 2011-21. O desafio da natalidade terá de ser estrutural e dependente da execução de políticas multidimensionais, como a construção e reforço de infraestruturas de apoio à natalidade, a conciliação entre a família e o trabalho, a redução das desigualdades salariais entre homens e mulheres, bem como o já salientado saldo migratório.

Quadro 2 – Saldo Migratório e Saldo Natural

NUTS II	Saldo migratório				Saldo natural			
	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021
Portugal	401 347	138 571	131 653	671 571	85 091	8 310	-269 486	-176 085
Norte	69 300	-58 657	2 972	13 615	118 664	40 795	-76 865	82 594
Centro	128 107	32 354	47 809	208 270	-42 014	-64 628	-124 748	-231 390
Área Metropolitana de Lisboa	118 500	85 140	57 790	261 430	37 983	63 552	2 526	104 061
Alentejo	31 638	14 444	9 820	55 902	-37 482	-38 489	-51 797	-127 768
Algarve	67 754	49 507	27 702	144 963	-6 134	915	-10 040	-15 259
Região Autónoma dos Açores	-5 147	-810	-7 426	-13 383	8 071	4 575	-875	11 771
Região Autónoma da Madeira	-8 805	16 593	-7 014	774	6 003	1 590	-7 687	-94

Fontes: INE, Indicadores demográficos.

Quadro 3 – Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade (valores médios do período)

NUTS II	Taxa bruta de natalidade (permilagem)				Taxa bruta de mortalidade (permilagem)			
	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021
Portugal	11,2	10,0	8,2	9,8	10,3	10,0	10,8	10,4
Norte	12,1	9,7	7,5	9,7	8,8	8,6	9,6	9,0
Centro	9,9	8,8	7,0	8,6	11,7	11,5	12,6	11,9
Área Metropolitana de Lisboa	11,4	11,6	10,0	11,0	9,9	9,3	9,9	9,7
Alentejo	8,8	8,6	7,4	8,3	13,6	13,6	14,6	13,9
Algarve	10,5	11,1	9,0	10,2	12,2	10,9	11,2	11,4
Região Autónoma dos Açores	14,5	11,8	9,3	11,9	11,2	9,9	9,7	10,3
Região Autónoma da Madeira	13,1	10,7	7,4	10,4	10,6	10,1	10,4	10,4

Fontes: INE, Indicadores demográficos.

1.3. Estrutura etária

Ao longo dos últimos 30 anos registaram-se três tendências na estrutura etária do Norte, designadamente, a redução acentuada da população jovem, a estabilidade da população em idade ativa (não obstante ligeiras alterações ao longo do tempo) e o aumento significativo da população idosa.

Evidência desta evolução, no que diz respeito à faixa etária mais jovem, a proporção da população residente dos 0 aos 24 anos do Norte situou-se em 23,0% em 2021, um valor manifestamente inferior ao obtido em 1991 (40,1%). Consequentemente, o grupo da população residente do Norte com 65 ou mais anos aumentou de 11,4% do total em 1991 para 22,6% em 2021.

O envelhecimento da população e a redução do número de jovens foram fenómenos demográficos observados em todas as NUTS II nacionais ao longo destes 30 anos. Ainda assim, a dimensão do problema tem vindo a agravar-se mais no Norte do que na média nacional durante esse período.

Entre 1991 e 2021, a população jovem do Norte com a idade compreendida dos 0 aos 24 anos diminuiu 40,7%, enquanto em Portugal a redução foi de 32,5%. Em termos comparativos, o Norte foi a NUTS II do Continente com a maior redução percentual neste grupo etário durante este período de 30 anos. Apenas a Região Autónoma da Madeira registou uma diminuição mais acentuada (-44,7%).

Ao mesmo tempo, o Norte foi a NUTS II nacional com o maior aumento percentual no número de idosos. Entre 1991 e 2021, a população residente com 65 ou mais anos aumentou 104,1% no Norte, enquanto em Portugal o crescimento se situou em 80,5%.

Na fase mais recente da série temporal em análise não se observaram diferenças significativas face à longa tendência dos últimos 30 anos. Entre 2011 e 2021, o Norte voltou a ser, simultaneamente, a NUTS II do Continente com a maior redução da população residente dos 0 aos 24 anos (-16,0%), e a NUTS II de Portugal com o maior crescimento da população com 65 ou mais anos (28,3%).

Figura 5 – Estrutura etária da população residente do Norte nos últimos 4 censos (valores em % do total)

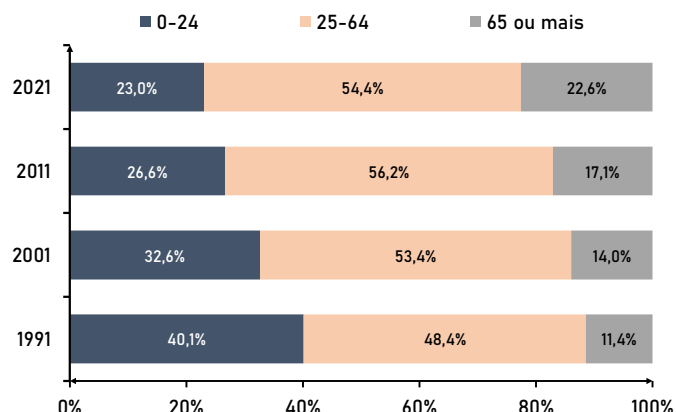


Figura 6 – Variação percentual da população jovem e idosa entre 1991 e 2021

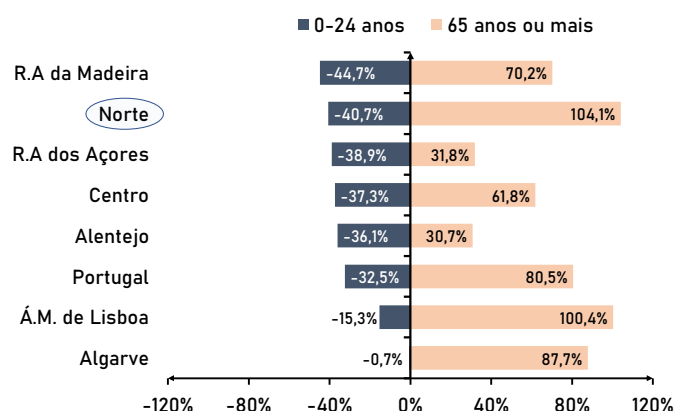
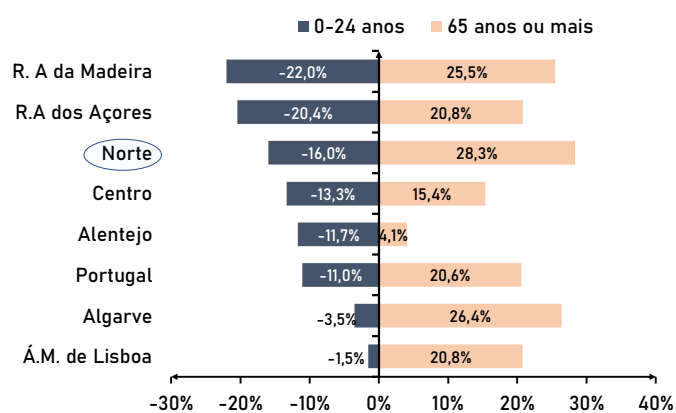


Figura 7 – Variação percentual da população residente jovem e idosa entre 2011 e 2021



Quadro 4 – A estrutura etária nos últimos 4 censos

Censos de 1991	População, por grupo etário				% do total		
	Total	0-24	25-64	65 ou mais	0-24	25-64	65 ou mais
Portugal	9 867 147	3 583 421	4 940 878	1 342 848	36,3%	50,1%	13,6%
Norte	3 472 715	1 393 830	1 681 865	397 020	40,1%	48,4%	11,4%
Centro	2 258 768	772 111	1 114 496	372 161	34,2%	49,3%	16,5%
Área Metropolitana de Lisboa	2 520 708	852 540	1 358 404	309 764	33,8%	53,9%	12,3%
Alentejo	782 331	244 014	392 603	145 714	31,2%	50,2%	18,6%
Algarve	341 404	109 343	172 966	59 095	32,0%	50,7%	17,3%
Região Autónoma dos Açores	237 795	102 781	105 339	29 675	43,2%	44,3%	12,5%
Região Autónoma da Madeira	253 426	108 802	115 205	29 419	42,9%	45,5%	11,6%
Censos de 2001	População, por grupo etário				% do total		
	Total	0-24	25-64	65 ou mais	0-24	25-64	65 ou mais
Portugal	10 356 117	3 136 189	5 526 435	1 693 493	30,3%	53,4%	16,4%
Norte	3 687 293	1 203 226	1 969 309	514 758	32,6%	53,4%	14,0%
Centro	2 348 397	674 506	1 217 213	456 678	28,7%	51,8%	19,4%
Área Metropolitana de Lisboa	2 661 850	763 027	1 488 777	410 046	28,7%	55,9%	15,4%
Alentejo	776 585	207 152	395 932	173 501	26,7%	51,0%	22,3%
Algarve	395 218	109 658	211 947	73 613	27,7%	53,6%	18,6%
Região Autónoma dos Açores	241 763	92 859	117 585	31 319	38,4%	48,6%	13,0%
Região Autónoma da Madeira	245 011	85 761	125 672	33 578	35,0%	51,3%	13,7%
Censos de 2011	População, por grupo etário				% do total		
	Total	0-24	25-64	65 ou mais	0-24	25-64	65 ou mais
Portugal	10 562 178	2 719 644	5 832 470	2 010 064	25,7%	55,2%	19,0%
Norte	3 689 682	983 109	2 075 134	631 439	26,6%	56,2%	17,1%
Centro	2 327 755	558 506	1 247 499	521 750	24,0%	53,6%	22,4%
Área Metropolitana de Lisboa	2 821 876	732 924	1 575 110	513 842	26,0%	55,8%	18,2%
Alentejo	757 302	176 527	397 787	182 988	23,3%	52,5%	24,2%
Algarve	451 006	112 547	250 690	87 769	25,0%	55,6%	19,5%
Região Autónoma dos Açores	246 772	78 928	135 466	32 378	32,0%	54,9%	13,1%
Região Autónoma da Madeira	267 785	77 103	150 784	39 898	28,8%	56,3%	14,9%
Censos de 2021	População, por grupo etário				% do total		
	Total	0-24	25-64	65 ou mais	0-24	25-64	65 ou mais
Portugal	10 343 066	2 419 275	5 500 152	2 423 639	23,4%	53,2%	23,4%
Norte	3 586 586	826 099	1 950 231	810 256	23,0%	54,4%	22,6%
Centro	2 227 239	483 954	1 141 105	602 180	21,7%	51,2%	27,0%
Área Metropolitana de Lisboa	2 870 208	721 791	1 527 795	620 622	25,1%	53,2%	21,6%
Alentejo	704 533	155 902	358 168	190 463	22,1%	50,8%	27,0%
Algarve	467 343	108 610	247 784	110 949	23,2%	53,0%	23,7%
Região Autónoma dos Açores	236 413	62 792	134 512	39 109	26,6%	56,9%	16,5%
Região Autónoma da Madeira	250 744	60 127	140 557	50 060	24,0%	56,1%	20,0%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 1991 a 2021

1.4. Índice de envelhecimento e índice de sustentabilidade potencial

O índice de envelhecimento mede a relação entre o número de residente com 65 ou mais anos face ao número de residentes com menos de 15 anos, sendo que este indicador tem vindo a aumentar, sucessivamente, ao longo dos últimos 30 anos no Norte, assim como em todas as NUTS II de Portugal.

Em 2021, o índice de envelhecimento do Norte foi de 184,1 revelando-se o valor mais alto de toda a série temporal em análise, isto é, o número de residentes com 65 ou mais anos foi 84,1% superior ao número de pessoas com menos de 15 anos. Em Portugal, o valor do índice foi de 182,1, sendo que a NUTS II nacional com o valor mais elevado foi o Centro (228,6).

A situação atual não tem comparação com os registos nos últimos 30 anos. Nos censos de 1991 e de 2001, o índice de envelhecimento do Norte situou-se em 51,7 e em 79,8, respetivamente, de forma que o número de idosos era inferior ao número de jovens com menos de 15 anos. Nos censos seguintes, a proporção entre estes grupos etários alterou-se, com o índice de envelhecimento do Norte a superar o nível de equilíbrio (100). Em 2011, o valor situou-se em 113,3, tendo atingido, como mencionado anteriormente, 184,1 em 2021.

Devido ao envelhecimento da população, o índice de sustentabilidade potencial (mede a relação entre a população residente dos 15 aos 64 anos e a população residente com 65 ou mais anos) tem vindo a diminuir constantemente ao longo dos últimos 30 anos. Em 2021, o valor foi de 288,3 no Norte e de 271,8 em

Portugal. Da leitura do indicador na Região, conclui-se que por cada idoso havia 2,9 pessoas em idade ativa em 2021, um valor inferior ao dos censos anteriores. Em 2011, o índice de sustentabilidade potencial do Norte foi de 396,1 e no início da série temporal em análise, em 1991, o valor foi de 581,4. Nesse ano, por cada idoso havia 5,8 pessoas potencialmente em idade ativa.

Figura 8 – Índice de envelhecimento

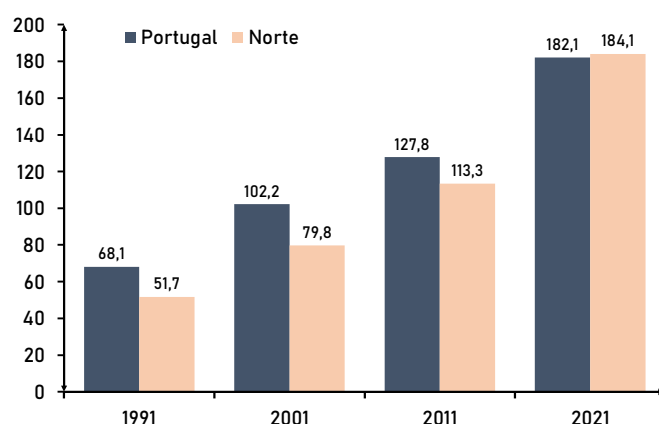
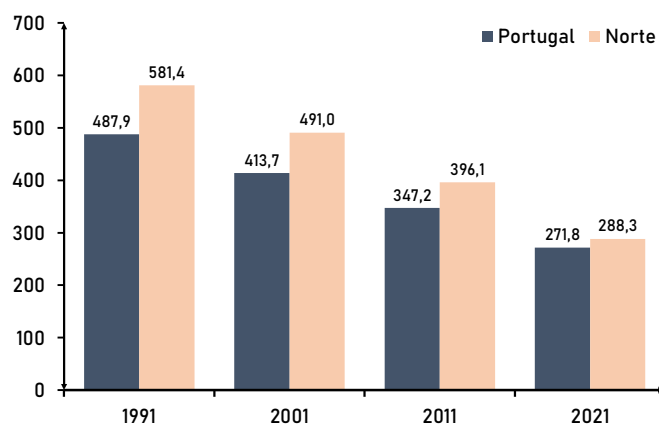


Figura 9 – Índice de sustentabilidade potencial



Quadro 5 – Índice de envelhecimento e índice de sustentabilidade potencial

	Índice de envelhecimento				Índice de sustentabilidade potencial			
	1991	2001	2011	2021	1991	2001	2011	2021
Portugal	68,1	102,2	127,8	182,1	487,9	413,7	347,2	271,8
Norte	51,7	79,8	113,3	184,1	581,4	491,0	396,1	288,3
Centro	87,0	129,5	163,4	228,6	391,9	337,1	285,0	226,1
Área Metropolitana de Lisboa	68,1	103,4	117,3	150,9	567,0	452,5	364,0	296,2
Alentejo	106,6	162,6	178,0	218,6	343,1	286,1	257,7	224,2
Algarve	96,9	127,5	131,0	176,7	374,6	358,5	337,5	264,6
Região Autónoma dos Açores	47,2	60,4	73,3	113,2	489,5	506,6	525,7	416,1
Região Autónoma da Madeira	47,4	71,5	90,7	156,7	550,7	490,0	460,9	337,1

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos de 1991 a 2021

2. A demografia do Norte no contexto municipal

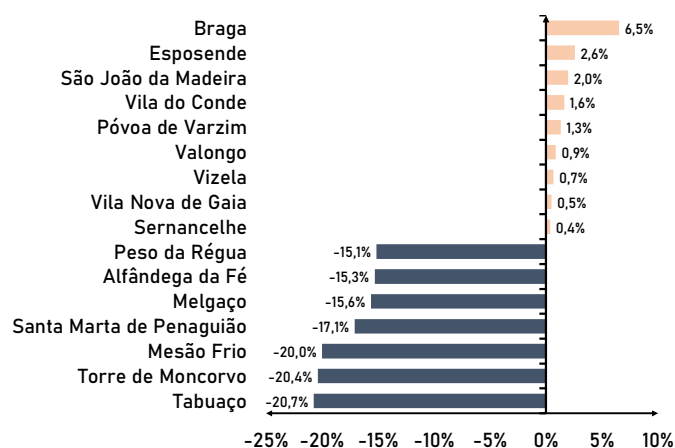
2.1. População residente

A evolução demográfica do Norte tem uma expressão territorial relevante, existindo heterogeneidade municipal em relação a vários indicadores, como por exemplo, na densidade populacional, na amplitude do declínio demográfico, nos índices de envelhecimento e de sustentabilidade potencial e nas taxas de natalidade. Apesar das assimetrias, as quais serão analisadas em detalhe nos pontos seguintes, existe um padrão comum que vem a observar-se na Região ao longo das últimas três décadas: o número de municípios com crescimento populacional tem sido, sucessivamente, menor entre censos.

Apenas 9 municípios do Norte num total de 86 viram a população residente aumentar entre 2011 e 2021, nomeadamente, Sernancelhe, Vila Nova de Gaia, Vizela, Valongo, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, São João da Madeira, Esposende e Braga. O reduzido número de municípios com crescimento populacional contrastou com o que foi observado em censos anteriores. Entre 1991 e 2001, no período de maior expansão económica e demográfica da Região, 40 municípios do Norte registaram um aumento populacional. Nos censos seguintes, entre 2001 e 2011, o número baixou para 25.

Do ponto de vista geográfico, a dicotomia entre litoral e interior tem vindo a reduzir-se ao longo dos últimos

Figura 10 – Os crescimentos e as reduções percentuais mais acentuadas na população residente dos municípios do Norte entre 2011 e 2021

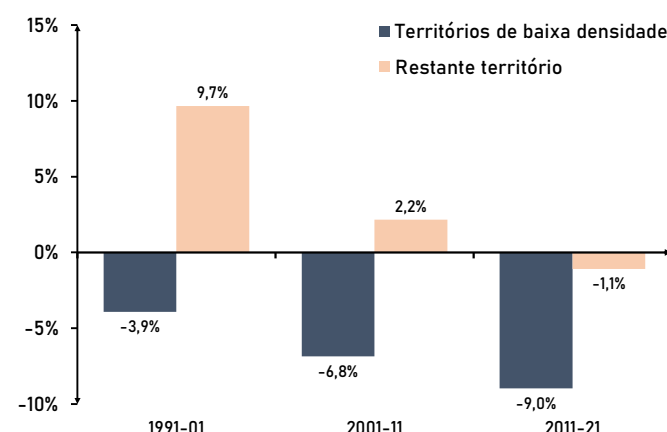


30 anos no que diz respeito à localização dos municípios do Norte que apresentam dinâmicas de crescimento versus declínio demográfico. Como se pode ver a partir da figura 12, existe uma mancha azul, que representa municípios com reduções populacionais entre censos consecutivos, a expandir-se em direção do litoral, indicativo de que o problema do declínio demográfico se tornou transversal a toda a Região.

No início da série temporal em análise, entre 1991 e 2001, a assimetria municipal relativa ao crescimento populacional era mais notória. Nesse período, a maioria dos municípios do litoral registou um aumento populacional, em evidente contraste com as reduções verificadas na maioria dos municípios do interior. Nos censos mais recentes, esta discrepância territorial foi atenuada, visto que a grande maioria dos municípios do Norte (77 em 86), incluindo os do litoral, registou uma redução populacional entre 2011 e 2021.

Não obstante o declínio demográfico ser menos dicotómico do que no passado, ainda persistem diferenças significativas. Os concelhos localizados em territórios de baixa densidade foram os que perderam, em termos percentuais, mais população residente. O número diminuiu de 799 025 para 727 340 entre 2011 e 2021, o que representou uma redução de 9,0%. Por seu turno, a população residente localizada fora dos territórios de baixa densidade baixou 1,1% durante o mesmo período.

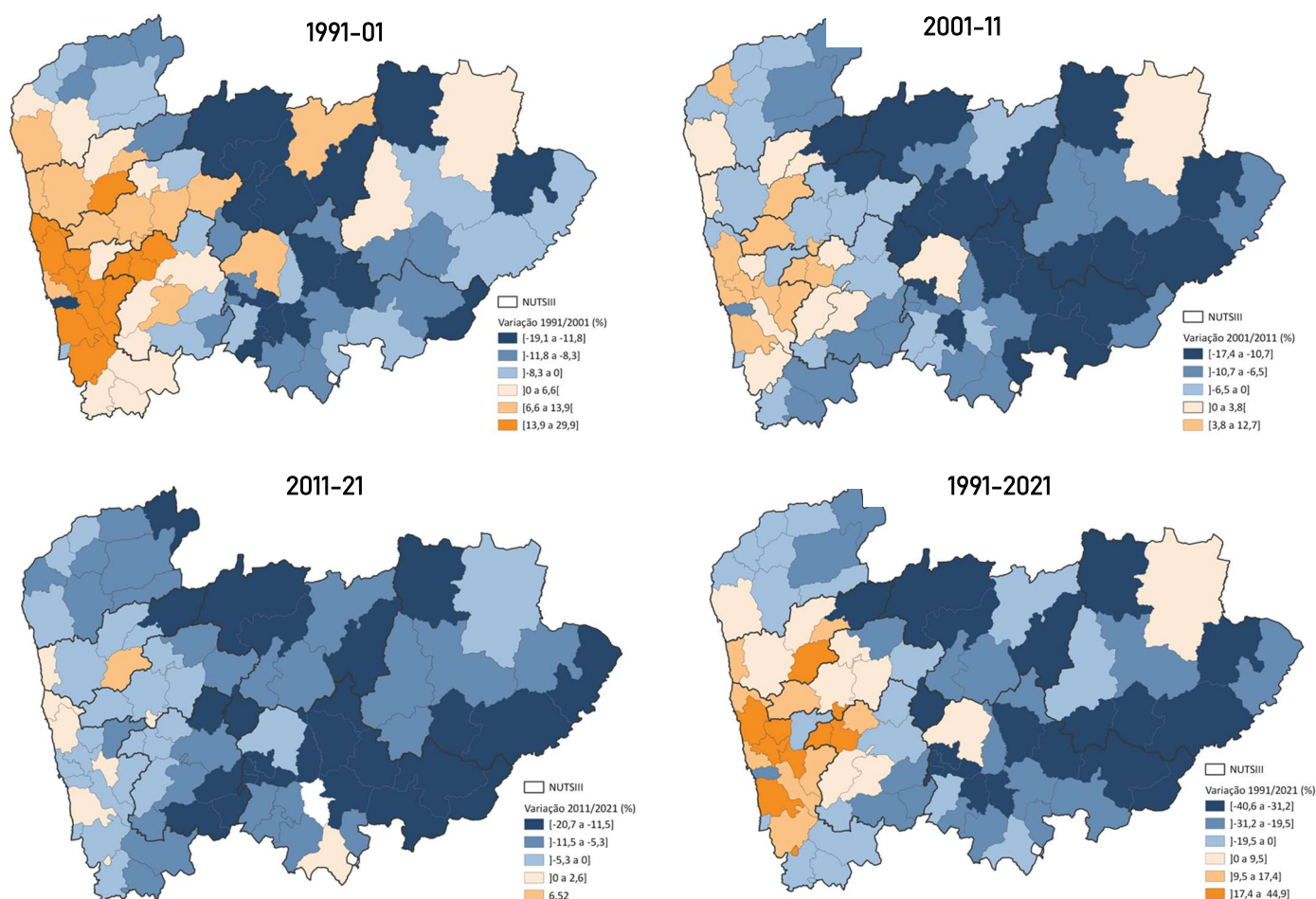
Figura 11– A variação (%) populacional entre censos, nos territórios de baixa densidade e no restante território - Norte



A diminuição simultânea da população residente, tanto em territórios de baixa densidade, como nos restantes, apenas ocorreu entre 2011 e 2021. No passado, na fase de maior fulgor demográfico do Norte, entre 1991 e 2001, os territórios de baixa densidade perderam 3,9% da população residente, enquanto o restante território assistiu a um forte crescimento populacional de 9,7%.

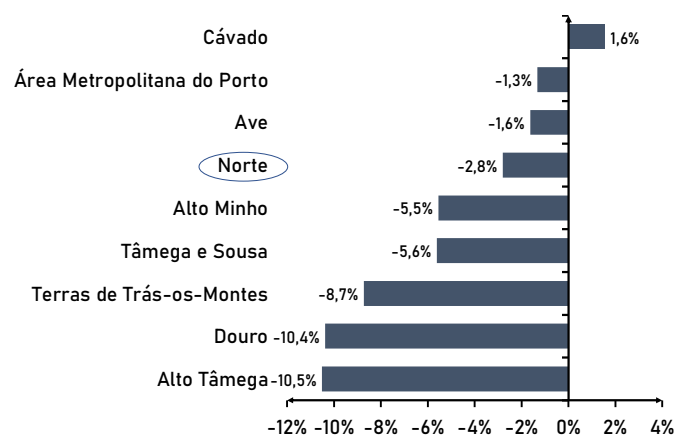
Na fase de estagnação demográfica do Norte que se seguiu, entre 2001 e 2011, observou-se um agravamento do declínio demográfico dos territórios de baixa densidade, que viram a população diminuir 6,8%. No restante território, o crescimento demográfico atenuou-se, com a população residente a aumentar 2,2%.

Figura 12 – A variação (%) da população residente entre censos, por municípios



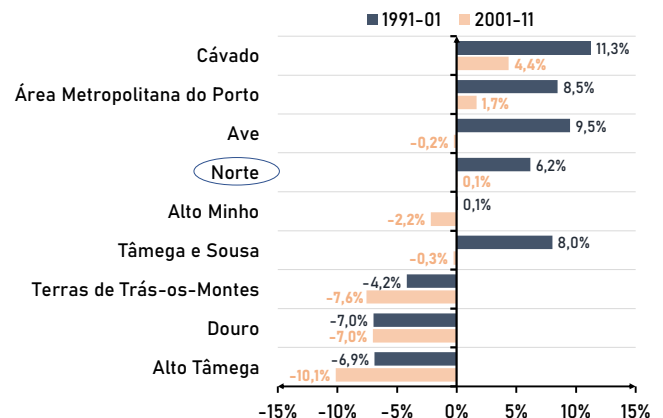
A evolução populacional ao nível das diferentes sub-regiões do Norte tem vindo ser determinada, em grande medida, pela importância dos territórios de baixa densidade em cada uma delas. Entre 2011 e 2021, as reduções populacionais mais acentuadas ocorreram no Alto Tâmega (-10,5%), Douro (-10,4%) e Terras de Trás-os-Montes (-8,7%), enquanto as menos significativas observaram-se no Tâmega e Sousa (-5,6%), Alto Minho (-5,5%), Ave (-1,6%) e Área Metropolitana do Porto (-1,3%). Nesse período, apenas a sub-região do Cávado observou um crescimento populacional de 1,6%.

Figura 13 – A variação (%) da população residente entre 2011 e 2021, por NUTS III do Norte



A evolução demográfica nos períodos dos censos anteriores (1991-01 e 2001-11) mostra que o Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes foram as únicas sub-regiões que tiveram reduções sucessivas entre os diferentes censos. Nas restantes, apenas o Cávado e a Área Metropolitana do Porto registaram um crescimento populacional consecutivo durante o mesmo período. Por seu turno, o Tâmega e Sousa, Ave e Alto Minho, após o crescimento populacional de 1991 a 2001, tiveram ligeiras quedas entre 2001 e 2011.

Figura 14 – A variação (%) da população residente



Quadro 6 – A população residente nos últimos 4 censos ao nível dos municípios do Norte

NUTS II	População residente				Variação (%)			
	1991	2001	2011	2021	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 343 066	5,0%	2,0%	-2,1%	4,8%
Norte	3 472 715	3 687 293	3 689 682	3 586 586	6,2%	0,1%	-2,8%	3,3%
Alto Minho	250 059	250 275	244 836	231 266	0,1%	-2,2%	-5,5%	-7,5%
Arcos de Valdevez	26 976	24 761	22 847	20 718	-8,2%	-7,7%	-9,3%	-23,2%
Caminha	16 207	17 069	16 684	15 797	5,3%	-2,3%	-5,3%	-2,5%
Melgaço	11 018	9 996	9 213	7 773	-9,3%	-7,8%	-15,6%	-29,5%
Monção	21 799	19 956	19 230	17 816	-8,5%	-3,6%	-7,4%	-18,3%
Paredes de Coura	10 442	9 571	9 198	8 632	-8,3%	-3,9%	-6,2%	-17,3%
Ponte da Barca	13 142	12 909	12 061	11 044	-1,8%	-6,6%	-8,4%	-16,0%
Ponte de Lima	43 421	44 343	43 498	41 164	2,1%	-1,9%	-5,4%	-5,2%
Valença	14 815	14 187	14 127	13 623	-4,2%	-0,4%	-3,6%	-8,0%
Viana do Castelo	83 095	88 631	88 725	85 778	6,7%	0,1%	-3,3%	3,2%
Vila Nova de Cerveira	9 144	8 852	9 253	8 921	-3,2%	4,5%	-3,6%	-2,4%
Cávado	353 267	393 063	410 169	416 605	11,3%	4,4%	1,6%	17,9%
Amares	16 715	18 521	18 889	18 595	10,8%	2,0%	-1,6%	11,2%
Barcelos	111 733	122 096	120 391	116 752	9,3%	-1,4%	-3,0%	4,5%
Braga	141 256	164 192	181 494	193 324	16,2%	10,5%	6,5%	36,9%
Esposende	30 101	33 325	34 254	35 132	10,7%	2,8%	2,6%	16,7%
Terras de Bouro	9 406	8 350	7 253	6 358	-11,2%	-13,1%	-12,3%	-32,4%
Vila Verde	44 056	46 579	47 888	46 444	5,7%	2,8%	-3,0%	5,4%
Ave	389 367	426 410	425 411	418 455	9,5%	-0,2%	-1,6%	7,5%
Cabeceiras de Basto	16 368	17 846	16 710	15 558	9,0%	-6,4%	-6,9%	-4,9%
Fafe	47 862	52 757	50 633	48 497	10,2%	-4,0%	-4,2%	1,3%
Guimarães	143 984	159 576	158 088	156 830	10,8%	-0,9%	-0,8%	8,9%
Mondim de Basto	9 518	8 573	7 493	6 410	-9,9%	-12,6%	-14,5%	-32,7%
Póvoa de Lanhoso	21 516	22 772	21 918	21 775	5,8%	-3,8%	-0,7%	1,2%
Vieira do Minho	15 775	14 724	13 001	11 955	-6,7%	-11,7%	-8,0%	-24,2%
Vila Nova de Famalicão	114 338	127 567	133 832	133 534	11,6%	4,9%	-0,2%	16,8%
Vizela	20 006	22 595	23 736	23 896	12,9%	5,0%	0,7%	19,4%
Área Metropolitana do Porto	1 595 762	1 730 845	1 759 524	1 736 228	8,5%	1,7%	-1,3%	8,8%
Arouca	23 894	24 227	22 359	21 146	1,4%	-7,7%	-5,4%	-11,5%
Espinho	34 956	33 701	31 786	31 043	-3,6%	-5,7%	-2,3%	-11,2%
Gondomar	143 178	164 096	168 027	164 257	14,6%	2,4%	-2,2%	14,7%
Maia	93 151	120 111	135 306	134 977	28,9%	12,7%	-0,2%	44,9%
Matosinhos	151 682	167 026	175 478	172 557	10,1%	5,1%	-1,7%	13,8%
Oliveira de Azeméis	66 846	70 721	68 611	66 175	5,8%	-3,0%	-3,6%	-1,0%
Paredes	72 999	83 376	86 854	84 354	14,2%	4,2%	-2,9%	15,6%
Porto	302 472	263 131	237 591	231 800	-13,0%	-9,7%	-2,4%	-23,4%

(continua)

NUTS II	População residente				Variação (%)			
	1991	2001	2011	2021	1991-01	2001-11	2011-21	1991-2021
Póvoa de Varzim	54 788	63 470	63 408	64 255	15,8%	-0,1%	1,3%	17,3%
Santa Maria da Feira	118 641	135 964	139 309	136 674	14,6%	2,5%	-1,9%	15,2%
Santo Tirso	69 773	72 396	71 530	67 709	3,8%	-1,2%	-5,3%	-3,0%
São João da Madeira	18 452	21 102	21 713	22 143	14,4%	2,9%	2,0%	20,0%
Trofa	32 820	37 581	38 999	38 548	14,5%	3,8%	-1,2%	17,5%
Vale de Cambra	24 537	24 798	22 864	21 269	1,1%	-7,8%	-7,0%	-13,3%
Valongo	74 172	86 005	93 858	94 672	16,0%	9,1%	0,9%	27,6%
Vila do Conde	64 836	74 391	79 533	80 825	14,7%	6,9%	1,6%	24,7%
Vila Nova de Gaia	248 565	288 749	302 298	303 824	16,2%	4,7%	0,5%	22,2%
Alto Tâmega	112 511	104 768	94 143	84 248	-6,9%	-10,1%	-10,5%	-25,1%
Boticas	7 936	6 417	5 750	5 000	-19,1%	-10,4%	-13,0%	-37,0%
Chaves	40 940	43 667	41 243	37 590	6,7%	-5,6%	-8,9%	-8,2%
Montalegre	15 464	12 762	10 537	9 261	-17,5%	-17,4%	-12,1%	-40,1%
Ribeira de Pena	8 504	7 412	6 544	5 884	-12,8%	-11,7%	-10,1%	-30,8%
Valpaços	22 586	19 512	16 882	14 701	-13,6%	-13,5%	-12,9%	-34,9%
Vila Pouca de Aguiar	17 081	14 998	13 187	11 812	-12,2%	-12,1%	-10,4%	-30,8%
Tâmega e Sousa	401 820	434 102	432 915	408 637	8,0%	-0,3%	-5,6%	1,7%
Amarante	56 092	59 638	56 264	52 116	6,3%	-5,7%	-7,4%	-7,1%
Baião	22 456	22 355	20 522	17 534	-0,4%	-8,2%	-14,6%	-21,9%
Castelo de Paiva	16 515	17 338	16 733	15 586	5,0%	-3,5%	-6,9%	-5,6%
Celorico de Basto	21 477	20 466	20 098	17 643	-4,7%	-1,8%	-12,2%	-17,9%
Cinfães	23 489	22 424	20 427	17 730	-4,5%	-8,9%	-13,2%	-24,5%
Felgueiras	49 136	57 595	58 065	55 848	17,2%	0,8%	-3,8%	13,7%
Lousada	38 213	44 712	47 387	47 364	17,0%	6,0%	0,0%	23,9%
Marco de Canaveses	48 133	52 419	53 450	49 541	8,9%	2,0%	-7,3%	2,9%
Paços de Ferreira	44 190	52 985	56 340	55 595	19,9%	6,3%	-1,3%	25,8%
Penafiel	68 444	71 800	72 265	69 629	4,9%	0,6%	-3,6%	1,7%
Resende	13 675	12 370	11 364	10 051	-9,5%	-8,1%	-11,6%	-26,5%
Douro	237 238	220 692	205 157	183 875	-7,0%	-7,0%	-10,4%	-22,5%
Alijó	16 327	14 320	11 942	10 486	-12,3%	-16,6%	-12,2%	-35,8%
Armamar	8 677	7 492	6 297	5 678	-13,7%	-16,0%	-9,8%	-34,6%
Carrazeda de Ansiães	9 235	7 642	6 373	5 490	-17,2%	-16,6%	-13,9%	-40,6%
Freixo de Espada à Cinta	4 914	4 184	3 780	3 216	-14,9%	-9,7%	-14,9%	-34,6%
Lamego	30 164	28 081	26 691	24 312	-6,9%	-4,9%	-8,9%	-19,4%
Mesão Frio	5 519	4 926	4 433	3 547	-10,7%	-10,0%	-20,0%	-35,7%
Moimenta da Beira	12 317	11 074	10 212	9 410	-10,1%	-7,8%	-7,9%	-23,6%
Murça	7 371	6 752	5 952	5 245	-8,4%	-11,8%	-11,9%	-28,8%
Penedono	3 731	3 445	2 952	2 738	-7,7%	-14,3%	-7,2%	-26,6%
Peso da Régua	21 567	18 832	17 131	14 540	-12,7%	-9,0%	-15,1%	-32,6%
Sabrosa	7 478	7 032	6 361	5 548	-6,0%	-9,5%	-12,8%	-25,8%
Santa Marta de Penaguião	9 703	8 569	7 356	6 100	-11,7%	-14,2%	-17,1%	-37,1%
São João da Pesqueira	9 581	8 653	7 874	6 775	-9,7%	-9,0%	-14,0%	-29,3%
Sernancelhe	7 020	6 227	5 671	5 692	-11,3%	-8,9%	0,4%	-18,9%
Tabuaço	7 901	6 785	6 350	5 034	-14,1%	-6,4%	-20,7%	-36,3%
Tarouca	9 579	8 308	8 048	7 363	-13,3%	-3,1%	-8,5%	-23,1%
Torre de Moncorvo	10 969	9 919	8 572	6 826	-9,6%	-13,6%	-20,4%	-37,8%
Vila Nova de Foz Côa	8 885	8 494	7 312	6 304	-4,4%	-13,9%	-13,8%	-29,0%
Vila Real	46 300	49 957	51 850	49 571	7,9%	3,8%	-4,4%	7,1%
Terras de Trás-os-Montes	132 691	127 138	117 527	107 272	-4,2%	-7,6%	-8,7%	-19,2%
Alfândega da Fé	6 734	5 963	5 104	4 324	-11,4%	-14,4%	-15,3%	-35,8%
Bragança	33 055	34 750	35 341	34 582	5,1%	1,7%	-2,1%	4,6%
Macedo de Cavaleiros	18 930	17 449	15 776	14 251	-7,8%	-9,6%	-9,7%	-24,7%
Miranda do Douro	8 697	8 048	7 482	6 463	-7,5%	-7,0%	-13,6%	-25,7%
Mirandela	25 209	25 819	23 850	21 384	2,4%	-7,6%	-10,3%	-15,2%
Mogadouro	12 188	11 235	9 542	8 301	-7,8%	-15,1%	-13,0%	-31,9%
Vila Flor	8 828	7 913	6 697	6 050	-10,4%	-15,4%	-9,7%	-31,5%
Vimioso	6 323	5 315	4 669	4 149	-15,9%	-12,2%	-11,1%	-34,4%
Vinhais	12 727	10 646	9 066	7 768	-16,4%	-14,8%	-14,3%	-39,0%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos de 1991 a 2021

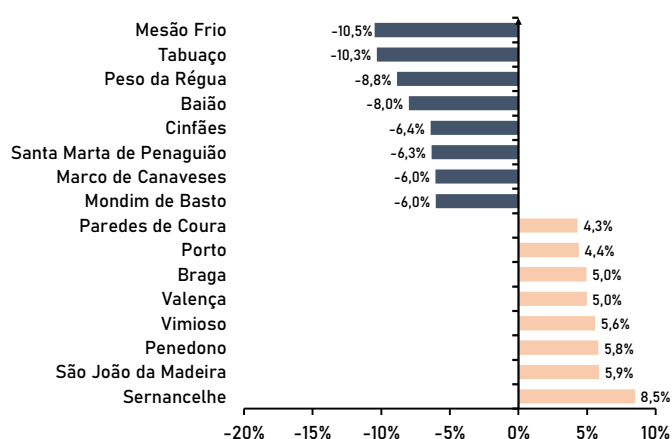
2.2. Saldo migratório e saldo natural

Trinta e seis municípios do Norte tiveram um saldo migratório positivo entre 2011 e 2021, um valor superior ao que tinha sido observado na década anterior (2001-01), período no qual apenas 19 municípios tinham registado um aumento neste indicador. Em termos comparativos, foi na década de maior robustez económica da Região (1991-01) que se observou o maior número de municípios com saldo migratório positivo (39).

Os municípios do Norte que registaram um aumento do saldo migratório entre 2011 e 2021 localizam-se, quer em territórios de baixa densidade, como em territórios densamente povoados. Esta heterogeneidade revela que a atratividade dos municípios, no que diz respeito à fixação e captação de pessoas, não dependeu apenas da escala populacional e económica. Outras fatores, como a localização fronteiriça, a qualidade ambiental, o alinhamento dos recursos existentes com as vantagens competitivas locais, a oferta de bens públicos e de mérito em toda a Região terão contribuído para dinâmicas positivas.

Entre 2011 e 2021, os oito municípios com maiores taxas de crescimento migratório do Norte foram Sernancelhe, São João da Madeira, Penedono, Vimioso, Valença, Braga, Porto e Paredes de Coura. Apesar de nesta lista existirem municípios muito diferentes quanto à dimensão populacional, à estrutura económica e à localização geográfica, todos observaram um fluxo de entrada de pessoas superior ao da saída.

Figura 15 – Taxa de crescimento migratório entre 2011 e 2021 (as maiores e menores variações, %)

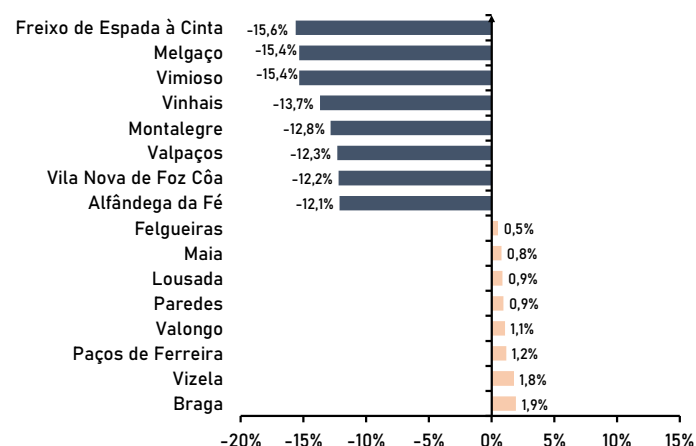


Em sentido contrário, entre 2011 e 2021, os 8 municípios que registaram os maiores decréscimos migratórios foram Mesão Frio, Tabuaço, Peso da Régua, Baião, Cinfães, Santa Marta de Penaguião, Marco de Canaveses e Mondim de Basto. Neste caso, estes municípios têm características comuns e encontram-se, maioritariamente, em territórios de baixa densidade. Conclui-se, assim, que os fluxos migratórios negativos tiveram maior incidência neste tipo de territórios.

Numa análise mais fina à série temporal, a evolução do saldo migratório de cada município ao longo da última década esteve, regra geral, ancorada ao ciclo económico. Nos últimos 5 anos, entre 2016 e 2021, num período de crescimento económico, de aumento do emprego e de reforço da competitividade, o número de municípios do Norte com saldo migratório positivo foi de 67 num total de 86, um valor elevado e gerador de boas expectativas quanto ao futuro.

No entanto, no outro indicador em estudo, o número de municípios com um crescimento no saldo natural tem vindo a diminuir acentuadamente, ao longo das últimas três décadas, sendo esta a principal causa para a queda populacional. Entre 2011 e 2021, apenas 12 municípios registaram um saldo natural positivo, em evidente contraste com o que ocorreu nos censos anteriores. Entre 2001 e 2011, 30 municípios registaram um aumento neste indicador, um valor que compara com 43 da década precedente (1991 a 2001). O aumento do envelhecimento da população e a redução do número de jovens é a principal razão para a redução estrutural do saldo natural.

Figura 16 – Taxa de crescimento natural entre 2011 e 2021 (as maiores e menores variações, %)



Contrariamente ao que tem vindo a ser observado no saldo migratório, existe uma dicotomia territorial mais vincada na evolução do saldo natural. Entre 2011 e 2021, os 8 municípios com as maiores taxas de crescimento natural localizavam-se fora dos territórios de baixa densidade, designadamente, em Braga, Vizela, Paços de Ferreira, Valongo, Paredes, Lousada, Maia e Felgueiras. Numa dinâmica oposta,

entre 2011 e 2021, os municípios com os decréscimos mais acentuados no saldo natural encontravam-se em territórios de baixa densidade, nomeadamente, em Freixo de Espada à Cinta, Melgaço, Vimioso, Vinhais, Montalegre, Valpaços, Vila Nova de Foz Côa e Alfândega da Fé. Este grupo de municípios tem em comum uma estrutura etária mais envelhecida do que a da média do Norte.

Figura 17 – Taxa de crescimento migratório (%)

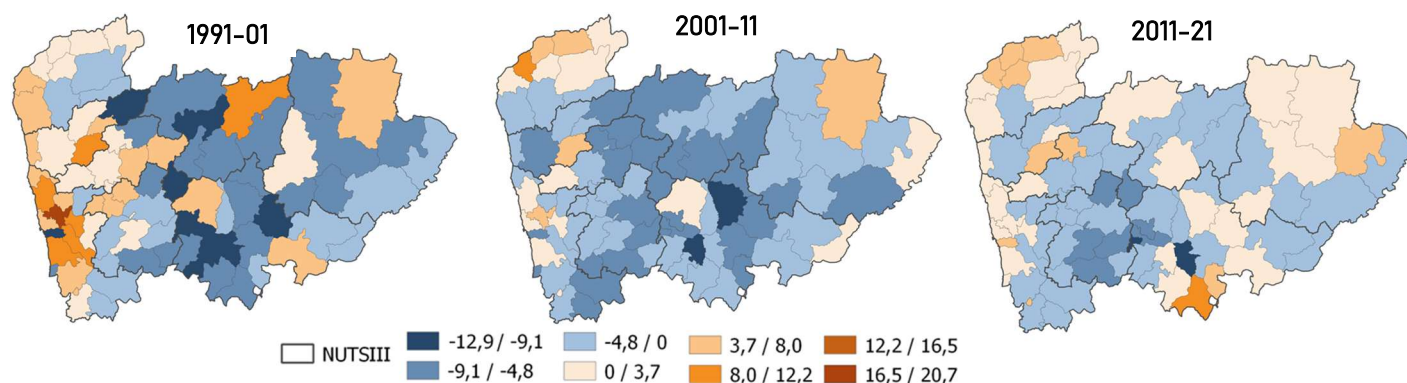
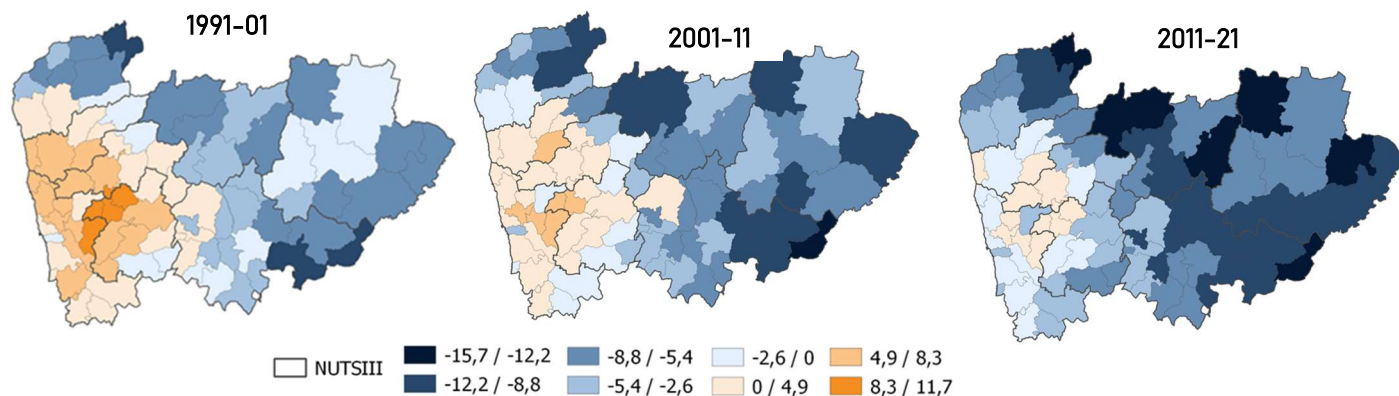


Figura 18 – Taxa de crescimento natural (%)



2.3. Taxas de natalidade e de mortalidade

A taxa de natalidade do Norte tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 30 anos. Como mencionado anteriormente, nasceram 12,1 nados-vivos, em média anual, por cada 1000 habitantes na década de 1991-01, um valor que compara com 9,7 e 7,5 nas décadas de 2001-11 e de 2011-21, respetivamente.

Em termos dinâmicos, ao longo dos diferentes censos, a taxa de natalidade diminuiu, consecutivamente, em todos os municípios do Norte, existindo apenas uma exceção: o concelho de Paredes

de Coura viu a taxa de natalidade, em média anual, aumentar de 6,9 na década de 1991-01 para 7,9 na década de 2001-2011. Na década seguinte, todos os municípios registaram taxas de natalidade inferiores.

Neste quadro, numa lógica puramente binária (crescimento *versus* diminuição) não existem dicotomias municipais. Pelo contrário, o padrão tem sido de redução das taxas de natalidade em todos os concelhos do Norte. A constatação anterior não implica a inexistência de qualquer tipo de assimetria nesta matéria. As dicotomias territoriais são visíveis noutras dimensões, designadamente, na amplitude da

taxa de natalidade entre os municípios, assim como no ritmo de redução ao longo dos últimos 30 anos.

Relativamente à primeira assimetria, na década mais recente (2011-2021), os dez concelhos com as maiores taxas de natalidade localizavam-se em territórios de maior densidade populacional. O concelho de Braga foi o que registou a maior taxa de natalidade, com 8,7 nados-vivos, em média anual, por cada 1000 habitantes, seguindo-se os concelhos de Valongo (8,5), Vila de Conde (8,3), Esposende (8,3), Maia (8,3), Porto (8,2), Vizela (8,2), Paredes (8,2), Lousada (8,2) e Vila Nova de Gaia (8,1).

Por seu turno, os dez concelhos com as menores taxas de natalidade encontravam-se, maioritariamente, em territórios de baixa densidade. A menor taxa de natalidade foi observada em Vinhais (3,9), seguindo-se Melgaço (4,2), Montalegre (4,4), Penedono (4,5), Mogadouro (4,6), Miranda do Douro (4,7), Torre de Moncorvo (4,7), Vila Pouca de Aguiar (4,7), Sabrosa (4,8) e Murça (4,8).

Como se pode verificar a partir da figura 19, a assimetria municipal relativa aos valores das taxas de natalidade é um facto observado em todos os

censos. Os municípios localizados em territórios densamente povoados têm, regra geral, taxas de natalidade superiores aos de baixa densidade. No entanto, as diferenças têm vindo a diminuir ao longo dos vários censos, por via de uma generalizada convergência negativa. Não foram os territórios de baixa densidade que aumentaram a taxa de natalidade, foram os municípios mais urbanos que reduziram o número de nascimentos.

Na década de 1991-01, os cinco municípios com as maiores taxas de natalidade, em média anual, eram Lousada (17,0), Felgueiras (16,4), Paços de Ferreira (16,3), Penafiel (15,1) e Marco de Canavezes (14,9). Na década de 2011-21, as taxas de natalidade, em média anual, destes municípios baixaram para 8,2, 7,8, 8,1, 8,1 e 7,2, respetivamente. Em termos comparativos, estes valores são inferiores aos que eram observados nos territórios de baixa densidade na década de 1991-01. Nesse período, a taxa de natalidade, em média anual, da sub-região do Douro foi de 10, um valor que compara com 8,4 no Alto Tâmega e 8,3 em Terras de Trás-os-Montes.

Figura 19 – Taxa de natalidade (permilagem) – valor médio do período

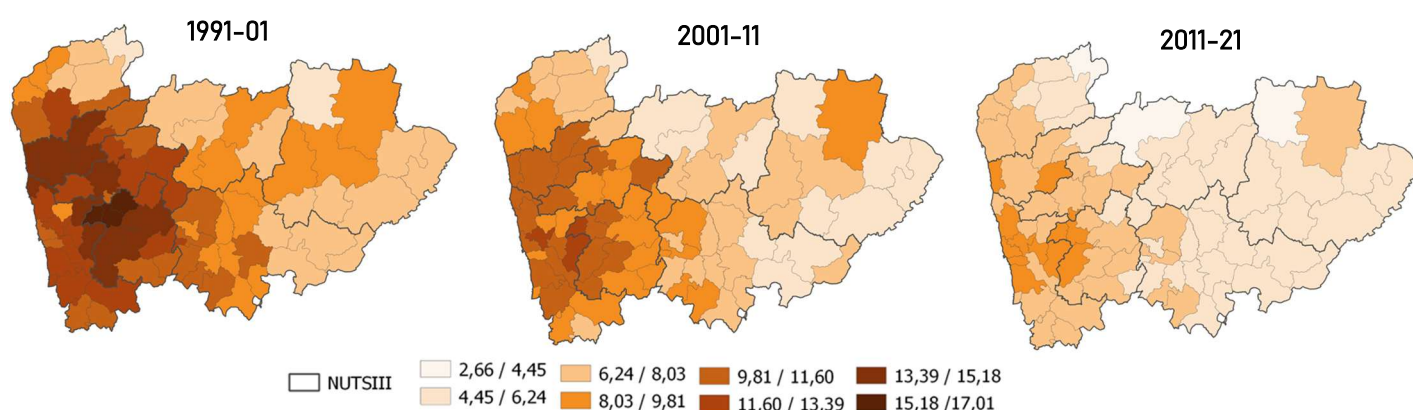
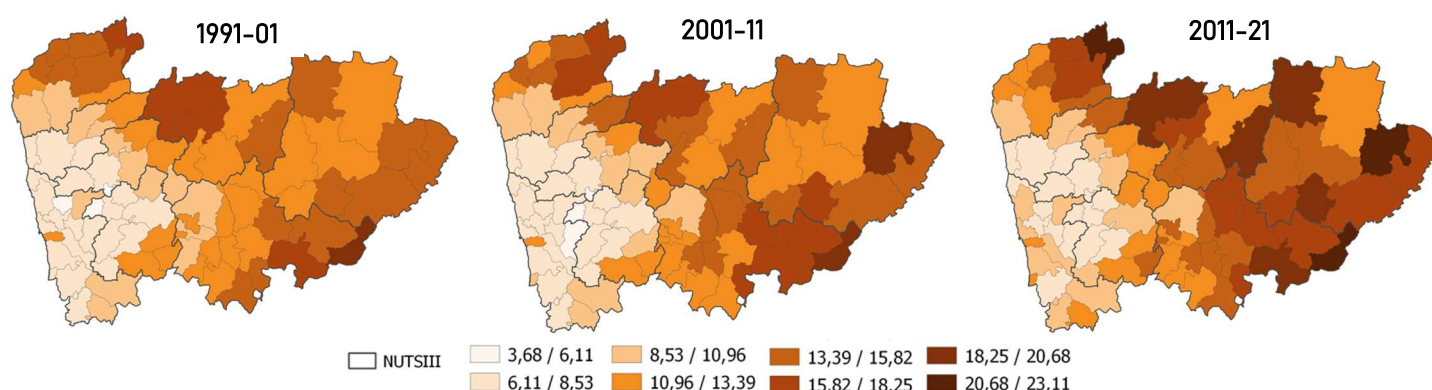


Figura 20 – Taxa de mortalidade (permilagem) – valor médio do período



Num sentido contrário ao do indicador anterior, a taxa bruta de mortalidade do Norte aumentou para 10,8, em média anual, na década de 2011-21. Neste período, por cada mil habitantes, ocorreram 10,8 óbitos, um valor que compara com 10 na década de 2001-11. Do ponto de vista municipal, as taxas brutas de mortalidade têm sido superiores nos territórios de baixa densidade devido, sobretudo, a dois fatores: o maior envelhecimento da população e a redução mais acentuada da população nesses territórios. Na década

de 2011-21, os dez concelhos com as maiores taxas de mortalidade foram Freixo de Espada à Cinta (22,7), Vimioso (22,5), Melgaço (21,2), Vinhais (19,1), Alfândega da Fé (19,1), Vila Nova de Foz Côa (18,5), Montalegre (18,4), Valpaços (18,3), Torre de Moncorvo (18,2), e Mirando do Douro (17,7). No lado oposto, os municípios com as menores taxas de mortalidade foram Vizela (6,4), Braga (6,8), Paços de Ferreira (6,9), Paredes (7,2), Felgueiras (7,3), Lousada (7,3), Valongo (7,5), Maia (7,5), Guimarães (7,6) e Barcelos (7,7).

Quadro 7 – Taxas de natalidade e de mortalidade por NUTS III (valores médios do período)

NUTS III	Taxa bruta de natalidade (permilagem)				Taxa bruta de mortalidade (permilagem)			
	1991-01	2001-01	2011-21	1991-2021	1991-01	2001-01	2011-21	1991-2021
Portugal	11,2	10,0	8,2	9,8	10,3	10,0	10,8	10,4
Norte	12,1	9,7	7,5	9,7	8,8	8,6	9,6	9,0
Alto Minho	9,7	8,2	6,5	8,2	11,9	11,7	12,8	12,1
Cávado	13,7	10,6	8,0	10,7	7,5	7,1	7,7	7,4
Ave	13,2	9,8	7,5	10,2	7,4	7,4	8,3	7,7
Área Metropolitana do Porto	12,0	10,0	7,9	9,9	8,2	8,0	9,1	8,4
Alto Tâmega	8,4	6,6	5,3	6,9	13,3	13,5	15,2	14,0
Tâmega e Sousa	14,7	10,5	7,4	10,9	7,9	7,5	8,7	8,0
Douro	10,0	7,9	6,0	8,1	12,0	12,3	13,3	12,5
Terras de Trás-os-Montes	8,3	6,7	5,8	7,0	12,6	13,1	15,3	13,6

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 1991 a 2021

2.4. Índice de envelhecimento e de sustentabilidade potencial

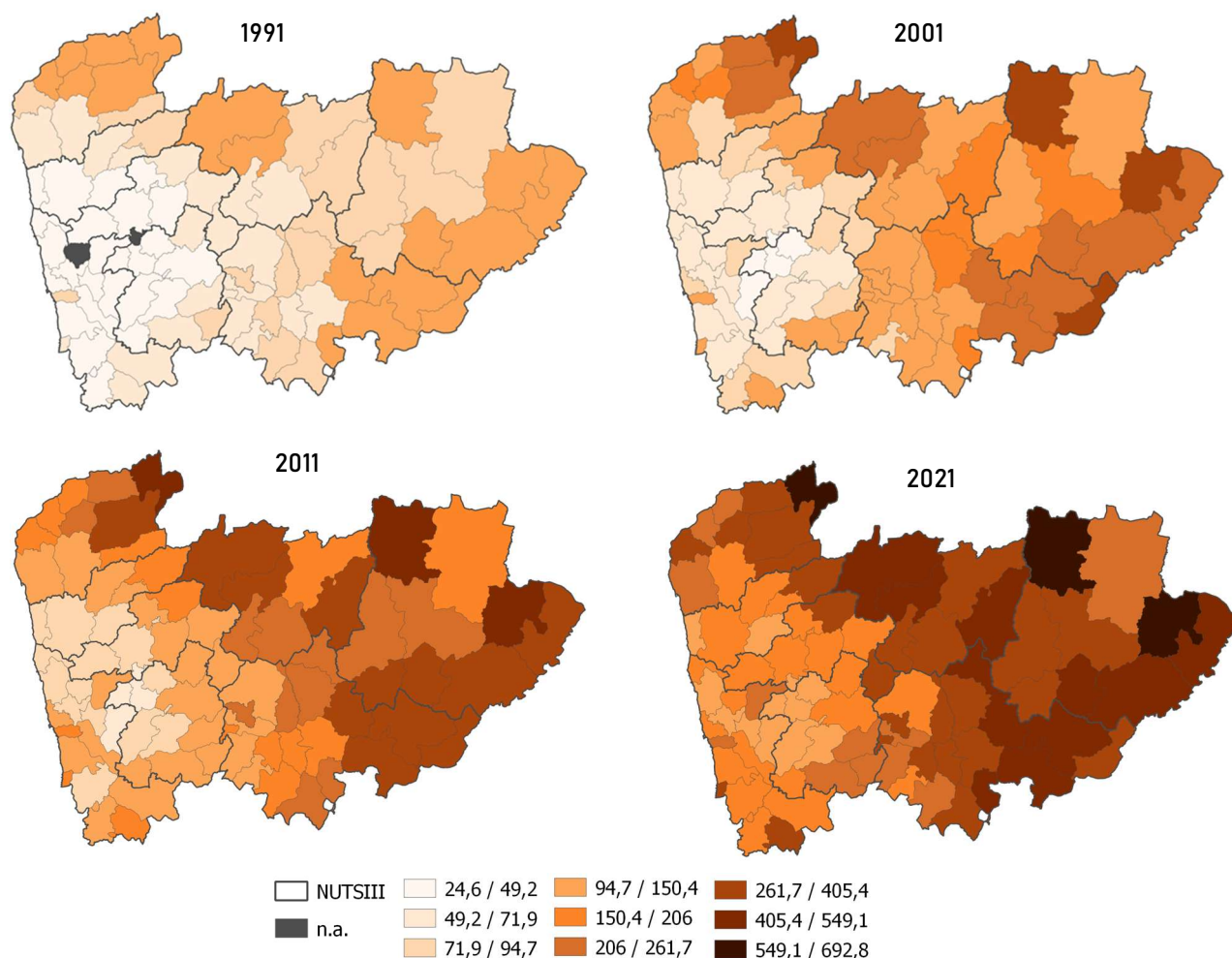
O aumento da taxa de mortalidade ao longo dos últimos 30 anos, evidenciada no subcapítulo anterior, está relacionada com o aumento do envelhecimento da população. Regra geral, os municípios com maior valor na taxa de mortalidade são os que têm a população residente mais envelhecida, sendo uma evidência reportada em todos os censos.

Nos censos mais recentes, em 2021, existe, no entanto, um dado novo e preocupante. Pela primeira vez, não existe um único concelho do Norte no qual o número de jovens (até aos 14 anos) seja superior ao número de idosos (65 ou mais anos). Os maiores índices de envelhecimento observaram-se em municípios pertencentes a territórios de baixa densidade, sendo que o valor mais elevado (692,8) foi registado no concelho de Vinhais. Neste concelho, por cada jovem até aos 14 anos, existiam 6,9 idosos com 65 ou mais anos.

No Top 10 dos concelhos mais envelhecidos do Norte encontravam-se, ainda, Vimioso (614,5), Melgaço (572,1), Montalegre (535,9), Torre de Moncorvo (513,3), Valpaços (495,8), Mogadouro (471,1), Alfândega da Fé (464,0), Miranda do Douro (447,2) e Boticas (435,4).

Os concelhos mais jovens encontram-se em territórios de maior densidade populacional. O concelho de Lousada era o que tinha o menor índice de envelhecimento (110,4), seguindo-se Paredes (118,0), Paços de Ferreira (121,1), Braga (131,5), Penafiel (132,5), Vizela (136,4), Marco de Canavezes (140,1), Maia (141,4), Felgueiras (142,0) e Valongo (144,4).

Figura 21 – índice de envelhecimento



Em resultado do envelhecimento da população, o índice de sustentabilidade potencial (rácio entre a população dos 15 aos 64 anos e a população com mais de 65 anos) tem vindo a diminuir significativamente em todos os municípios do Norte, sendo que os valores mais reduzidos, encontram-se nos territórios de baixa densidade, uma realidade observada em todos os censos.

Em 2021, os menores índices de sustentabilidade potencial observaram-se nos concelhos de Vinhais (110,7), Vimioso (111,8), Melgaço (117,6), Torre de Moncorvo (126,3), Valpaços (126,9), Montalegre (133,6), Miranda do Douro (135,2), Freixo de Espada à Cinta (141,2), Alfândega da Fé (142,4) e Mogadouro (143,0).

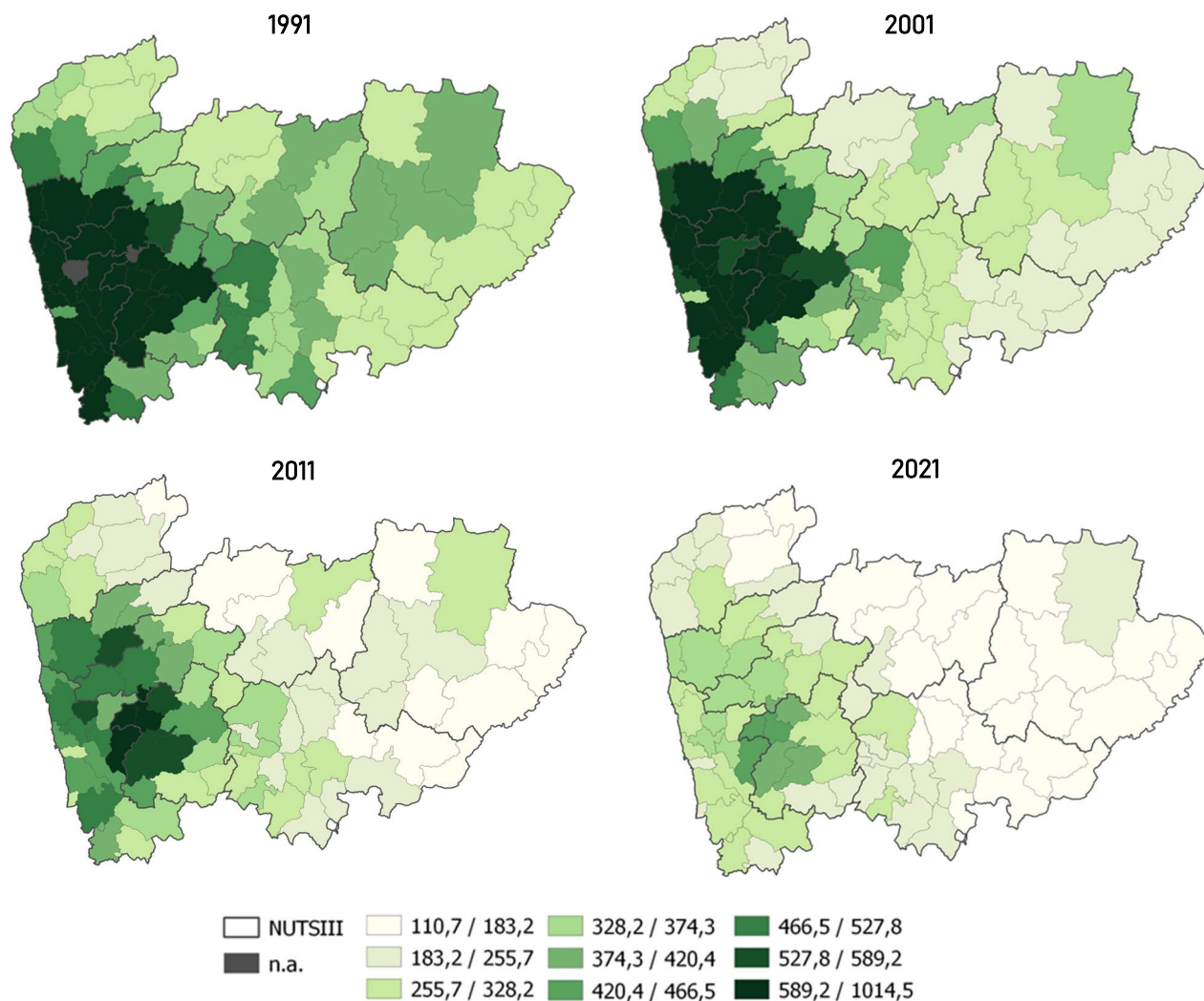
Os territórios de maior densidade populacional tendem a ser os que têm maior sustentabilidade potencial. Em 2021, os valores mais elevados foram encontrados em Lousada (459,5), Paços de Ferreira (431,9), Paredes (426,8), Vizela (398,0), Penafiel

(386,3), Felgueiras (385,2), Marco de Canazes (378,2), Braga (373,6), Maia (345,7) e Valongo (335,1).

A elevada assimetria neste indicador tem consequências importantes do ponto de vista socioeconómico. Os municípios com maior sustentabilidade potencial têm uma maior oferta de população em idade ativa, o que permite um maior dinamismo económico na atração de empresas e de população.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista de política pública, as assimetrias traduzem-se em diferentes procura de serviços públicos. Desde logo, os municípios com menor sustentabilidade potencial e mais envelhecidos confrontam-se com uma maior procura de serviços de apoio ao idoso, enquanto nos municípios de maior sustentabilidade potencial e com maior número de nascimentos, a procura de serviços associados à natalidade é maior.

Figura 22 – Índice de sustentabilidade potencial



Quadro 8 – Índices de envelhecimento e de sustentabilidade potencial, por NUTS III

NUTS III	Índice de envelhecimento				Índice de sustentabilidade potencial			
	1991	2001	2011	2021	1991	2001	2011	2021
Portugal	68,1	102,2	127,8	182,1	487,9	413,7	347,2	271,8
Norte	51,7	79,8	113,3	184,1	581,4	491,0	396,1	288,3
Alto Minho	80,7	132,4	174,2	251,9	376,5	325,4	274,9	215,7
Cávado	39,5	60,7	87,0	146,5	665,5	584,7	484,3	344,7
Ave	38,6	60,5	93,3	167,3	698,5	593,3	470,2	322,9
Área Metropolitana do Porto	49,5	75,7	107,9	174,7	670,8	551,4	422,7	298,8
Alto Tâmega	80,9	157,3	243,3	383,9	370,3	283,7	221,1	159,7
Tâmega e Sousa	39,9	56,7	82,3	149,5	643,5	570,7	488,2	357,5
Douro	72,7	127,6	174,9	274,4	403,9	323,0	275,4	211,6
Terras de Trás-os-Montes	91,4	171,0	252,7	359,0	356,4	275,8	216,8	168,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos de 1991 a 2021

3. A urbanização do território do Norte

Ao longo dos últimos 30 anos tem vindo a crescer a proporção da população residente do Norte em Áreas Predominantemente Urbanas (APU). Nos Censos de 2021, a proporção foi de 74,8%, um valor que compara com 72,1% em 2011 e com 66,5% em 1991.

O crescimento sucessivo da proporção da população residente em APU foi um fenómeno nacional, uma vez que ocorreu nas restantes NUTS II. A exceção foi a Área Metropolitana de Lisboa, que partindo de um valor muito elevado em 1991 (96,6%), viu esta proporção diminuir, marginalmente, em cada um dos censos seguintes, atingindo o valor de 95,9% em 2021.

Ao nível das NUTS II nacionais existe uma significativa heterogeneidade relativamente ao grau de urbanização dos territórios. Em 2021, imediatamente a seguir à Área Metropolitana de Lisboa, o Norte era a segunda NUTS II com a maior proporção da população residente em APU, encontrando-se o Algarve (69,2%), o Alentejo (55,6%) e o Centro (52,2%) nos lugares imediatos.

Esta diversidade regional, tal como noutras associadas à estrutura económica e ao tecido social, é relevante para o ajustamento diferenciado da política urbana aos territórios, uma vez que os mais urbanos têm desafios e problemas que não são visíveis nos restantes territórios. Apesar de beneficiarem de mercados mais amplos, com mais consumidores, empresas e maiores níveis de produtividade e de rendimento, as APU enfrentam, também, problemas associados à aglomeração populacional, como o trânsito, a poluição, os preços da habitação, a criminalidade e a exclusão social.

O balanço entre os benefícios e os custos da urbanização tem sido positivo no Norte, uma vez que as APU observaram, em valor absoluto, um crescimento populacional ao longo dos diferentes censos, inclusive na década de 2011-21, período no qual o Norte como um todo perdeu 2,8% da população residente. Contudo, o ritmo de urbanização tem vindo a diminuir. Nos censos mais recentes, a população em APU do Norte aumentou apenas 0,9% entre 2011 e 2021, que compara com crescimentos mais acentuados de

3,5% na década de 2001-11 e de 11,3% na década de 1991-01.

Apesar da desaceleração ao longo dos últimos 30 anos, a evolução populacional nas APU tem sido mais favorável do que a observada nas restantes categorias. Desde logo, as Áreas Mediamente Urbanas viram a população residente diminuir 10,4% entre 2011 e 2021, uma redução mais acentuada face à da década de 2001-11 (3,8%). Apenas no período de maior dinamismo demográfico do Norte (1991-01), esta categoria registou um crescimento populacional (+2,3%). Por seu turno, as Áreas Predominantemente Rurais têm vindo a agravar a tendência de declínio demográfico. Entre 2011 e 2021, perderam 15,8% da população, que compara com reduções de 14,1% e de 12,3% nas décadas de 2001-11 e de 1991-01, respetivamente.

Figura 23 – Proporção da população residente por tipologias de área urbana, 2021 – NUTS II Continente

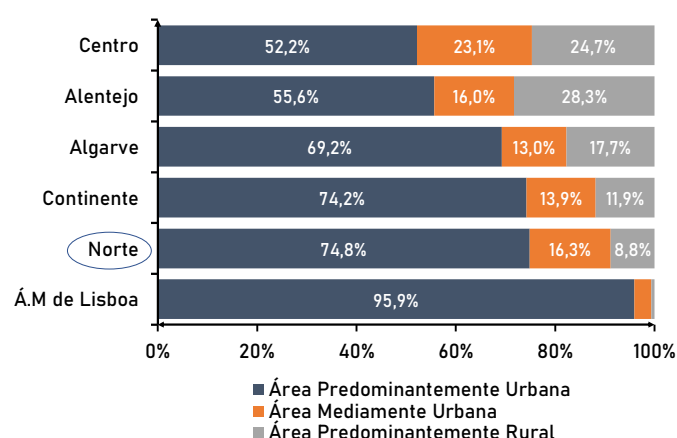
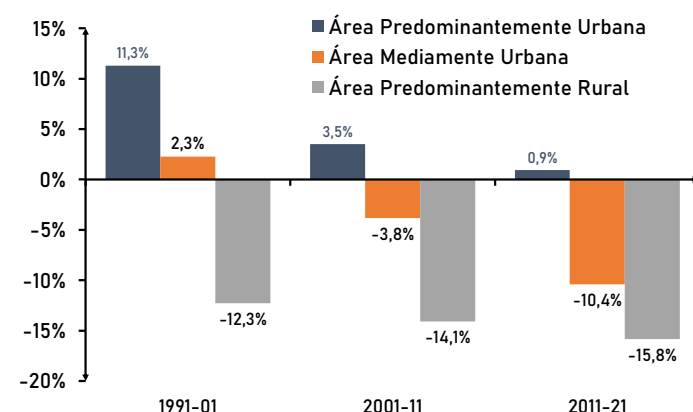


Figura 24 – Variação (%) da população residente do Norte, por tipologias de áreas urbanas



Quadro 9 – Proporção da população residente das NUTS II do Continente (classificação TIPAU 2014)

NUTS II	1991			2001			2011			2021		
	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR
Continente	66,2%	16,0%	17,9%	68,7%	15,7%	15,6%	71,0%	15,3%	13,7%	74,2%	13,9%	11,9%
Norte	66,5%	19,1%	14,4%	69,7%	18,4%	11,9%	72,1%	17,7%	10,2%	74,8%	16,3%	8,8%
Centro	40,0%	25,4%	34,6%	43,5%	25,4%	31,1%	46,4%	25,4%	28,1%	52,2%	23,1%	24,7%
Área Metropolitana de Lisboa	96,6%	2,5%	0,8%	96,3%	2,9%	0,8%	96,0%	3,3%	0,8%	95,9%	3,4%	0,6%
Alentejo	44,2%	18,3%	37,5%	47,4%	18,1%	34,5%	50,3%	18,2%	31,6%	55,6%	16,0%	28,3%
Algarve	61,5%	14,9%	23,6%	65,1%	13,6%	21,3%	68,2%	12,9%	18,9%	69,2%	13,0%	17,7%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 1991 a 2021 e TIPAU (2014)

Legenda: APU – Área Predominantemente Urbana; AMU – Área Mediamente Urbana; APR – Área Predominantemente Rural

As sub-regiões do Norte têm níveis de urbanização bastante diferenciados. Em 2021, a Área Metropolitana do Porto era, destacadamente, a sub-região com a maior proporção da população residente em APU (92,3%), seguindo-se o Ave (75,2%), Cávado (69,1%), Tâmega e Sousa (58,3%), Alto Minho (49,4%), Terras de Trás-os-Montes (41,5%), Douro (33,5%) e Alto Tâmega (23,7%).

Relativamente às restantes tipologias, as sub-regiões do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega continuavam a ter, em 2021, a maioria da população residente em Áreas Predominantemente Rurais, com proporções de 45,0%, 44,6% e 41,5%, respetivamente, os valores mais elevados no contexto do Norte. Por seu turno, as sub-regiões do Norte com a maior percentagem da população residente em Áreas Mediamente Urbanas eram Alto Tâmega (34,8%), Tâmega e Sousa (32,9%), Alto Minho (29,7%) e Cávado (28,8%).

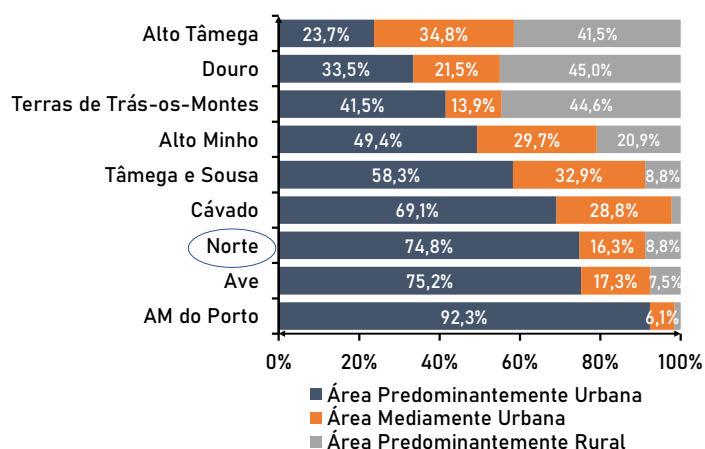
Não obstante as diferentes estruturas de ocupação do solo relatadas anteriormente, a principal tendência dos últimos 30 anos tem sido o aumento da proporção da população residente em APU em todas as sub-regiões do Norte, sobretudo nas mais rurais. Pode-se afirmar que existe no Norte uma trajetória de convergência sub-regional na urbanização do território. Entre 1991 e 2021, a proporção da população residente em APU aumentou de 14,6% para 23,7% no Alto Tâmega, sendo que, durante o mesmo período, os aumentos mais acentuados ocorreram em Terras de Trás-os-Montes (de 25,6% para 41,5%) e no Douro (de 21,3% para 33,5%).

A aceleração da urbanização ao longo dos últimos 30 anos nos territórios de menor densidade populacional

resultou de um balanço positivo entre os benefícios e os custos dessa dinâmica. Nesses territórios, o reforço da concentração populacional em APU não teve impactos significativos na poluição, no trânsito e noutros custos de congestão, enquanto aumentavam os benefícios de escala associados à proximidade na provisão de serviços públicos e privados.

Nas sub-regiões com uma maior proporção de população residente em APU em 1991, o crescimento foi mais reduzido. No caso da Área Metropolitana do Porto, a proporção aumentou de 89,9% para 92,3% entre 1991 e 2021. Na sub-região do Ave o crescimento foi de 67,8% para 75,2%, enquanto no Cávado o aumento foi de 61,4% para 69,1% durante o mesmo período.

Figura 25 – Proporção da população residente por tipologias de área urbana, 2021 – NUTS III Norte



Num contexto de declínio demográfico observado ao longo dos últimos 30 anos nas sub-regiões de menor densidade populacional (Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes), a evolução populacional nas APU

desses territórios registou um crescimento significativo em valor absoluto. Entre 1991 e 2021, apesar do Alto Tâmega ter registado uma queda da população residente de 25,1%, a população em APU aumentou 21,7%. Na sub-região do Douro, o contraste também foi evidente: a população residente diminuiu 22,5% nos últimos 30 anos, enquanto a que vive em APU aumentou 22,1% durante esse período. Em Terras de Trás-os-Montes a situação foi análoga. Não obstante a diminuição populacional de 19,2%, a residente na tipologia mais urbana cresceu 31,1%.

Ainda assim, o ritmo de crescimento da população residente em APU tem vindo a diminuir acentuadamente em todas as sub-regiões do Norte. Nos territórios de menor densidade populacional, o crescimento foi marginal nos últimos censos num quadro de forte declínio demográfico. Em Terras de Trás-os-Montes, a população residente em APU aumentou 0,4% entre 2011 e 2021, que compara com +0,6% no Douro e -4,1% no Alto Tâmega. Importa relembrar que essas sub-regiões viram a população residente total diminuir 8,7%, 10,4% e 10,5%, respetivamente.

Entre 2011 e 2021, os aumentos mais acentuados na população residente em APU ocorreram no Cávado (4,1%), Tâmega e Sousa (4,1%) e Ave (2,0%). No primeiro caso, o crescimento ocorreu num contexto de expansão demográfica da sub-região, uma vez que o Cávado assistiu a um crescimento populacional de 1,6%, que compara reduções de 5,6% e de 1,6% no Tâmega e Sousa e Ave, respetivamente.

Nas restantes tipologias em análise observaram-se duas tendências que importa sintetizar. Relativamente à primeira, todas as sub-regiões do Norte assistiram a uma redução significativa da população residente em Áreas Predominantemente Rurais ao longo dos últimos 30 anos. Entre 1991 e 2021, as quedas mais acentuadas ocorreram no Cávado (-43,5%), Terras de Trás-os-Montes (-42,2%) e Alto Tâmega (-39,9%).

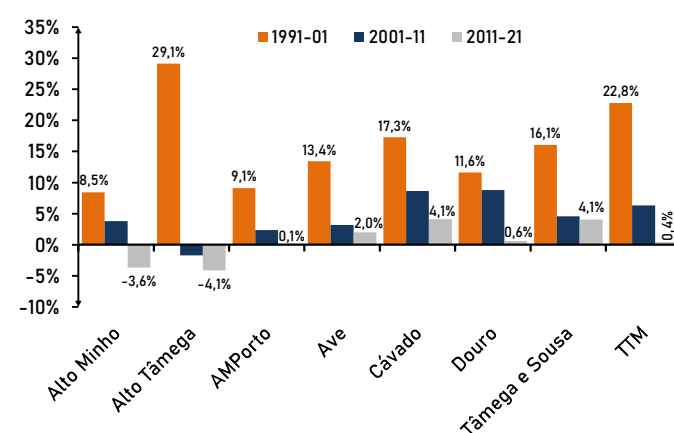
Os censos mais recentes não trouxeram alterações significativas na tendência, não obstante existirem protagonistas sub-regionais diferentes quanto à amplitude da redução. Entre 2011 e 2021, as reduções mais acentuadas na população residente em Áreas Predominantemente Rurais observaram-se no Cávado (-26,1%), Tâmega e Sousa (-23,4%) e Área

Metropolitana do Porto (-18,8%), sendo que as restantes sub-regiões do Norte continuaram a registar decréscimos populacionais nesta tipologia de ocupação do território.

A segunda tendência diz respeito a decréscimos mais moderados na população residente em Áreas Mediamente Urbanas ao longo dos últimos 30 anos. Entre 1991 e 2021, as reduções mais significativas ocorreram no Alto Tâmega (-24,4%), Douro (-23,3%) e Área Metropolitana do Porto (-15,3%), sendo que as reduções menos expressivas foram observadas no Cávado (-0,3%), Terras de Trás-os-Montes (-6,7%) e Alto Minho (-7,9%).

Mais recentemente, entre 2011 e 2021, todas as sub-regiões voltaram a registar decréscimos nesta tipologia urbana, sendo que os mais acentuados ocorreram na Área Metropolitana do Porto (-15,5%), Douro (-15,0%) e Tâmega e Sousa (-14,4%).

Figura 26 – Variação (%) da população residente em APU



As figuras 27 a 29 têm a distribuição da população residente de acordo com a classificação TIPAU 2014 por município. Como se pode observar, a maioria da população residente em APU encontra-se localizada em municípios do litoral, enquanto a população residente em Áreas Predominantemente Rurais situa-se, sobretudo, em municípios de baixa densidade localizados no interior. Por seu turno, as Áreas Mediamente Urbanas estão mais uniformemente distribuídas por toda a Região. Esta tipologia têm uma maior difusão territorial na medida em que representam territórios com uma dinâmica de transição entre o rural e o urbano, sendo um processo em curso no Norte.

Figura 27 – Proporção (%) da população residente em APU (TIPAU 2014)

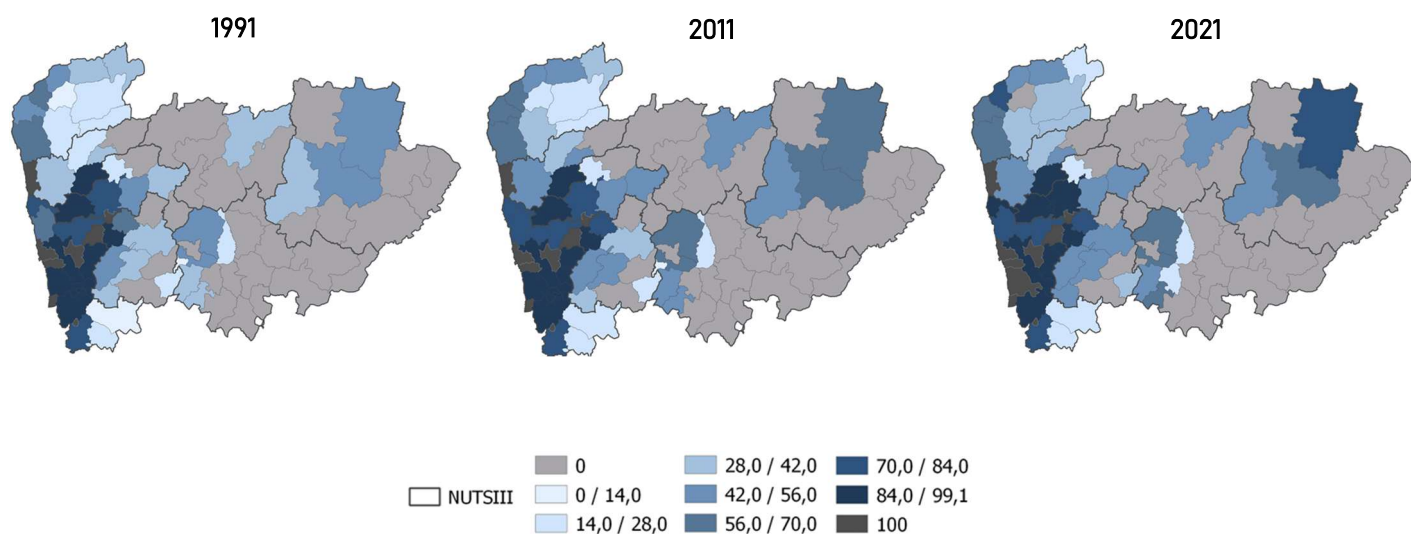


Figura 28 – Proporção (%) da população em Áreas Mediamente Urbanas (TIPAU 2014)

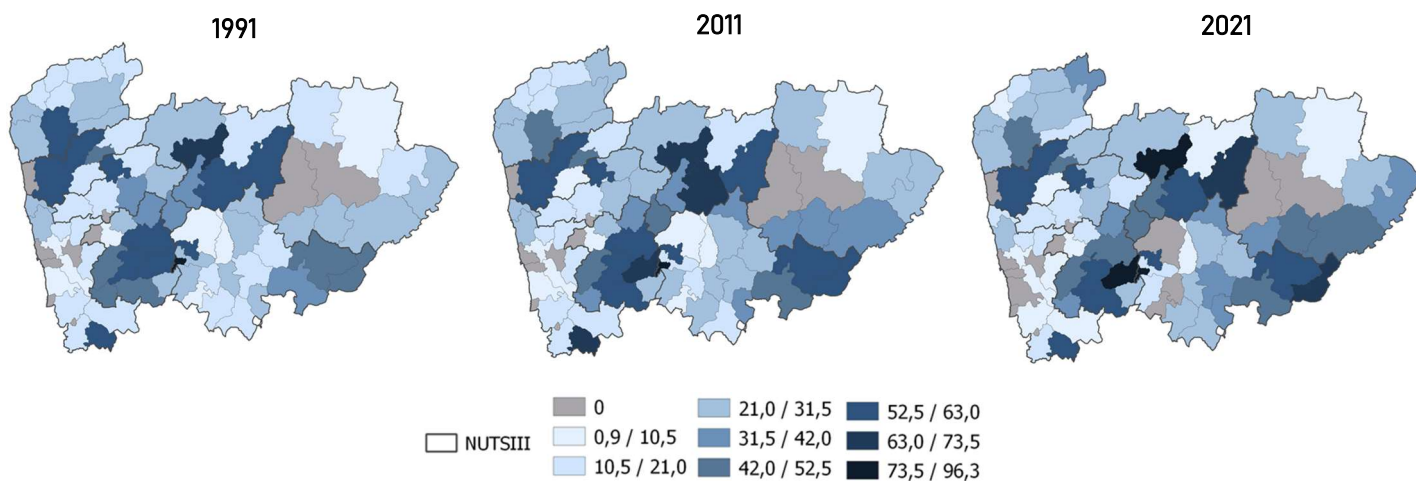
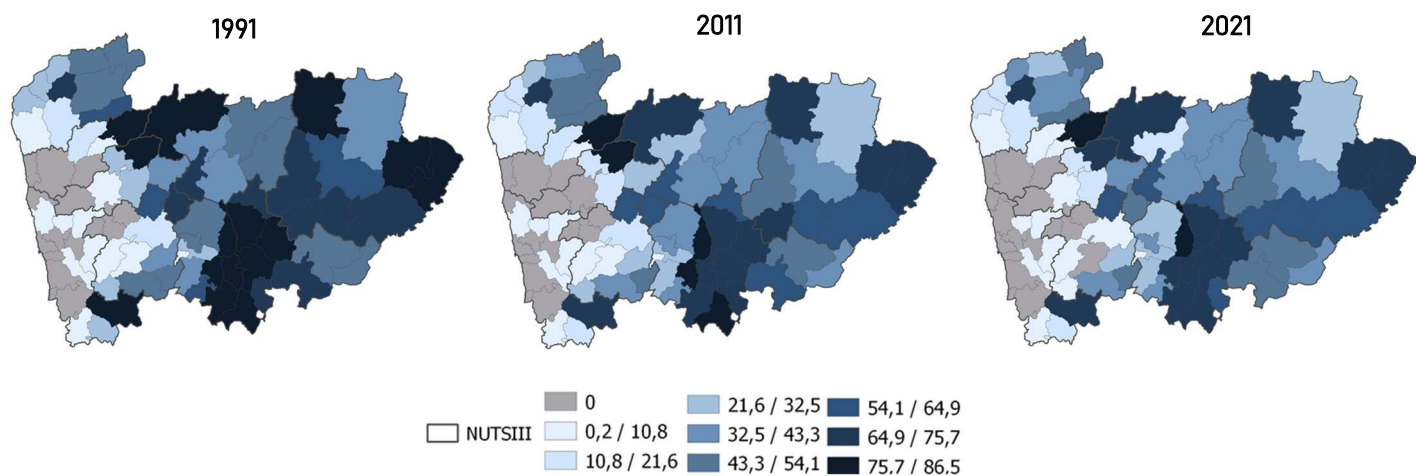


Figura 29 – Proporção (%) da população em Áreas Predominantemente Rurais (TIPAU de 2014)



Quadro 10 – Proporção da população residente, por tipologias de área urbana (classificação TIPAU 2014)

NUTS II Norte	1991			2001			2011			2021		
	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR
Norte	66,5%	19,1%	14,4%	69,7%	18,4%	11,9%	72,1%	17,7%	10,2%	74,8%	16,3%	8,8%
Alto Minho	42,1%	29,9%	28,0%	45,6%	29,7%	24,7%	48,4%	29,1%	22,5%	49,4%	29,7%	20,9%
Alto Tâmega	14,6%	34,5%	50,9%	20,2%	33,7%	46,1%	22,1%	35,3%	42,6%	23,7%	34,8%	41,5%
Área Metropolitana do Porto	89,8%	7,9%	2,3%	90,3%	7,6%	2,1%	91,0%	7,2%	1,9%	92,3%	6,1%	1,5%
Ave	67,8%	20,9%	11,3%	70,2%	20,4%	9,5%	72,6%	19,4%	8,0%	75,2%	17,3%	7,5%
Cávado	61,4%	34,0%	4,6%	64,7%	31,6%	3,7%	67,4%	29,6%	3,0%	69,1%	28,8%	2,2%
Douro	21,3%	21,7%	57,0%	25,5%	22,4%	52,1%	29,9%	22,7%	47,5%	33,5%	21,5%	45,0%
Tâmega e Sousa	46,9%	38,9%	14,2%	50,4%	37,4%	12,2%	52,9%	36,2%	10,9%	58,3%	32,9%	8,8%
Terras de Trás-os-Montes	25,6%	12,0%	62,3%	32,8%	13,0%	54,2%	37,8%	13,5%	48,8%	41,5%	13,9%	44,6%

Legenda: APU – Área Predominantemente Urbana; AMU – Área Mediamente Urbana; APR – Área Predominantemente Rural

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 1991 a 2021 e TIPAU (Classificação de 2014)

4. O retrato dos censos ao emprego do Norte

De acordo com os censos, a população empregada no Norte era de 1 546 569 em 2021, representando 34,9% do total nacional, uma proporção ligeiramente superior à da população residente (34,7%).

Da análise à população empregada segundo a secção¹ da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE – Rev. 3), observa-se que as Indústrias Transformadoras tinham 361 517 trabalhadores. Este setor é o maior empregador da Região, correspondendo a 23,4% do total, seguindo-se o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (16,6%), as Atividades de saúde humana e apoio social (9,2%), a Construção (8,9%) e a Educação (7,0%).

Apesar do Norte ser uma região com uma forte presença do setor secundário, algumas atividades incluídas no terciário superior têm vindo a ganhar importância, contribuindo para o reforço da competitividade. Em 2021, as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares representavam 4,3% do total do emprego do Norte, seguindo-se a proporção do emprego nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio (3,9%), Atividades de informação e comunicação (2,5%) e Atividades financeiras e de seguros (1,6%). No conjunto, estas quatro atividades do terciário superior

eram responsáveis por 191 418 empregos do Norte (12,4% do total).

Não obstante a forte procura turística ao longo da última década, o ramo do Alojamento, restauração e similares era responsável por, apenas, 4,6% do emprego do Norte em 2021, um valor inferior ao da média nacional (5,8%), e cerca de 1/3 do emprego do terciário superior mencionado anteriormente.

Figura 30 – População empregada no Norte em 2021, por secção da CAE Rev.3 (as 10 principais atividades)



Numa trajetória de perda de importância na estrutura de emprego do Norte, o setor primário – composto pela agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca – representava 2,4% do emprego da Região em 2021. De igual modo, com reduzida relevância

¹ Refere-se ao nível 1, o menos desagregado.

encontravam-se as Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio (1,3%), assim como as Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (1,0%). Não obstante o dinamismo do setor imobiliário, o emprego deste ramo representava, apenas, 0,7% do total do Norte.

A distribuição da população empregada pelos diferentes ramos de atividade é diferenciada ao nível das NUTS III da Região. Em 2021, as Indústrias Transformadoras eram a atividade económica com mais trabalhadores em cinco sub-regiões, localizadas próximas do litoral, formando um *cluster* industrial de elevado potencial.

Na sub-região do Ave, as Indústrias Transformadoras representavam 36,2% do emprego local, seguindo-se as proporções do Tâmega e Sousa (29,6%), Cávado (24,9%), Alto Minho (22,3%) e Área Metropolitana do Porto (21,3%). Nas três primeiras sub-regiões mencionadas anteriormente, a importância relativa das Indústrias Transformadoras no emprego era superior à observada no Norte (23,4%).

Nas restantes sub-regiões não referidas anteriormente, localizadas em territórios de baixa densidade, as Indústrias Transformadoras têm uma importância relativa bastante inferior, sendo que as principais atividades se incluem nos setores primário e terciário.

No Alto Tâmega e Douro, o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos era o ramo com mais população empregada, representando 15,1% e 14,3% do total dessas sub-regiões em 2021. Em Terras de Trás-os-Montes, as Atividades de saúde humana e apoio social eram as que tinham mais pessoas empregadas (15,2% do total).

A escala produtiva e a especialização económica são dois requisitos importantes para a competitividade e resiliência das sub-regiões num contexto de maior integração económica interregional e internacional. Neste sentido, em 2021, para cada sub-região, identificaram-se as atividades económicas que representavam, no mínimo, 5% do emprego local e que tinham uma importância relativa do emprego superior à do Norte.

Com base nestes dois critérios, em 2021, o Alto Minho tinha quatro atividades económicas que cumpriam os requisitos da escala e da especialização económica. Designadamente, a Construção, o Alojamento, restauração e similares, a Administração pública e defesa, segurança social obrigatória e as Atividades de saúde humana e apoio social.

No caso da sub-região do Cávado, a lógica da escala e da especialização também se observava em quatro atividades económicas, nomeadamente, nas Indústrias Transformadoras, na Construção, no Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos e na Educação.

Na sub-região do Ave, apenas duas atividades económicas cumpriam os requisitos em consideração, designadamente, as Indústrias Transformadoras e o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos. Na sub-região do Tâmega e Sousa, para além das Indústrias Transformadoras, somente o ramo da Construção tinha escala e especialização económica relevante.

Relativamente à Área Metropolitana do Porto, existiam 5 atividades económicas com escala e especialização: o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, o Alojamento, restauração e similares, as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, a Educação e as Atividades de saúde humana e apoio social.

As restantes sub-regiões, pertencentes a territórios de baixa densidade, têm uma estrutura económica comum. O Alto Tâmega tinha seis atividades que cumpriam os critérios da escala local e da especialização, nomeadamente, a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, a Construção, o Alojamento, restauração e similares, a Administração pública e defesa, segurança social obrigatória, a Educação e as Atividades de saúde humana e apoio social. Nos casos do Douro e de Terras de Trás-os-Montes, são todas as anteriores com exceção da Construção.

A estrutura de emprego das três sub-regiões mencionadas anteriormente está dependente da localização de ativos com menor mobilidade interregional, como são os casos dos recursos endógenos, do património natural e do emprego

público. Os recursos endógenos e o património natural induzem a localização do setor primário e da fileira do turismo, enquanto os objetivos de equidade territorial no fornecimento de bens públicos e de mérito promovem a oferta de emprego local na

Administração pública, Educação e nas Atividades de saúde humana e apoio social. As restantes atividades, como as Indústrias Transformadoras e os serviços do terciário superior tendem a localizarem-se em mercados de maior dimensão populacional.

Quadro 11 – População empregada nas NUTS III do Norte, por ramo de atividade económica, 2021

Secção	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	Área Metropolitana do Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Terras de Trás-os-Montes
Total	1 546 569	94 099	192 185	189 020	758 016	27 612	177 025	69 676	38 936
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	37 080	3 026	3 380	2 559	8 327	2 406	3 917	9 577	3 888
Indústrias extractivas	2 858	313	214	350	392	218	1 036	279	56
Indústrias transformadoras	361 517	20 976	47 821	68 483	161 202	2 307	52 440	5 222	3 066
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5 701	459	515	523	2 889	145	625	392	153
Captação, tratamento e distribuição de água, (...)	10 570	642	1 247	1 261	5 521	164	868	598	269
Construção	138 007	11 225	21 319	15 620	47 495	2 952	30 293	6 050	3 053
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos, (...)	257 019	14 162	32 304	31 514	133 949	4 169	25 216	9 949	5 756
Transportes e armazenagem	50 041	2 346	4 389	4 069	31 431	680	4 527	1 834	765
Alojamento, restauração e similares	71 175	4 842	7 642	6 700	39 095	1 671	5 707	3 558	1 960
Actividades de informação e de comunicação	39 376	1 279	5 749	2 861	25 767	249	2 181	839	451
Actividades financeiras e de seguros	25 119	1 266	2 575	2 100	15 546	371	1 669	966	626
Actividades imobiliárias	11 401	465	1 448	997	7 384	93	703	192	119
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	66 645	3 302	8 036	6 136	39 885	806	5 131	2 088	1 261
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	60 278	3 253	7 021	5 738	35 482	793	4 737	2 137	1 117
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	89 156	6 749	9 531	7 831	38 480	3 422	10 134	7 852	5 157
Educação	109 004	6 489	14 670	10 826	55 231	2 186	9 481	6 398	3 723
Actividades de saúde humana e apoio social	142 908	9 165	15 860	14 352	73 264	3 657	11 953	8 733	5 924
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas, (...)	15 048	680	1 743	1 563	9 161	257	986	443	215
Outras actividades de serviços	33 427	2 057	4 145	4 091	17 171	601	3 108	1 404	850
Atividades das famílias empregadoras de pessoal, (...)	20 051	1 393	2 565	1 432	10 207	464	2 306	1 162	522
Actividades dos organismos internacionais e outras, (...)	188	10	11	14	137	1	7	3	5

Quadro 12 –Proporção (%) da empregada nas NUTSIII do Norte, por ramo de atividade económica, 2021

Secção	Norte	Alto Minho	Cávado	Ave	Área Metropolitana do Porto	Alto Tâmega	Tâmega e Sousa	Douro	Terras de Trás-os-Montes
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	2,4%	3,2%	1,8%	1,4%	1,1%	8,7%	2,2%	13,7%	10,0%
Indústrias extractivas	0,2%	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,8%	0,6%	0,4%	0,1%
Indústrias transformadoras	23,4%	22,3%	24,9%	36,2%	21,3%	8,4%	29,6%	7,5%	7,9%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,4%	0,5%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	0,6%	0,4%
Captação, tratamento e distribuição de água, (...)	0,7%	0,7%	0,6%	0,7%	0,7%	0,6%	0,5%	0,9%	0,7%
Construção	8,9%	11,9%	11,1%	8,3%	6,3%	10,7%	17,1%	8,7%	7,8%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos, (...)	16,6%	15,1%	16,8%	16,7%	17,7%	15,1%	14,2%	14,3%	14,8%
Transportes e armazenagem	3,2%	2,5%	2,3%	2,2%	4,1%	2,5%	2,6%	2,6%	2,0%
Alojamento, restauração e similares	4,6%	5,1%	4,0%	3,5%	5,2%	6,1%	3,2%	5,1%	5,0%
Actividades de informação e de comunicação	2,5%	1,4%	3,0%	1,5%	3,4%	0,9%	1,2%	1,2%	1,2%
Actividades financeiras e de seguros	1,6%	1,3%	1,3%	1,1%	2,1%	1,3%	0,9%	1,4%	1,6%
Actividades imobiliárias	0,7%	0,5%	0,8%	0,5%	1,0%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4,3%	3,5%	4,2%	3,2%	5,3%	2,9%	2,9%	3,0%	3,2%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3,9%	3,5%	3,7%	3,0%	4,7%	2,9%	2,7%	3,1%	2,9%
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	5,8%	7,2%	5,0%	4,1%	5,1%	12,4%	5,7%	11,3%	13,2%
Educação	7,0%	6,9%	7,6%	5,7%	7,3%	7,9%	5,4%	9,2%	9,6%
Actividades de saúde humana e apoio social	9,2%	9,7%	8,3%	7,6%	9,7%	13,2%	6,8%	12,5%	15,2%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas, (...)	1,0%	0,7%	0,9%	0,8%	1,2%	0,9%	0,6%	0,6%	0,6%
Outras actividades de serviços	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,3%	2,2%	1,8%	2,0%	2,2%
Atividades das famílias empregadoras de pessoal, (...)	1,3%	1,5%	1,3%	0,8%	1,3%	1,7%	1,3%	1,7%	1,3%
Actividades dos organismos internacionais e outras, (...)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 2021

5. O emprego das Indústrias Transformadoras em detalhe

De acordo com os censos de 2021, o Norte era responsável por 52,1% do emprego das Indústrias Transformadoras em Portugal, uma proporção superior quando comparada com o emprego de toda a economia (34,9%). Dentro das Indústrias Transformadoras existem, no entanto, ramos muito distintos no que diz respeito ao volume do emprego, à qualidade da gestão, à inovação, à incorporação de capital humano e à participação no comércio internacional. Numa análise mais detalhada às Indústrias Transformadoras do Norte, foram identificados 93 ramos industriais² com uma desagregação a 3 dígitos da CAE – Rev. 3.

Em 2021, o ramo industrial do Norte com mais pessoas empregadas era o da Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo. Este ramo empregava 57 300 trabalhadores, equivalente a 15,8% do total das Indústrias Transformadoras da Região, seguindo-se a Indústria do calçado (37 927), a Fabricação de elementos de construção em metal (28 130), a Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis (28 083) e o Fabrico de mobiliário e de colchões (24 333). Estes cinco ramos industriais tinham 175 773 empregos, correspondendo a 48,6% do total das Indústrias Transformadoras do Norte.

Nos lugares imediatos e pertencentes ao TOP 10 mais empregadores do Norte encontravam-se, ainda, os seguintes ramos: Fabricação de outros têxteis (19 691), Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, exceto mobiliário (13 756), Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha (12 384), Acabamento de têxteis (7 507) e Fabricação de artigos de matérias plásticas (6 992). No seu conjunto, estes ramos industriais tinham 60 330 empregos, equivalente a 16,7% do total das Indústrias Transformadoras.

Os dez principais ramos industriais do Norte identificados anteriormente concentravam 64,4% do emprego de Portugal nessas atividades industriais, sendo revelador do contributo do Norte para a dinâmica de industrialização nacional. Em detalhe,

Figura 31 – População empregada no Norte em 2021, nas Indústrias Transformadoras (Os 10 principais ramos)



o Norte concentrava 84,7% do emprego nacional no ramo da Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo, sendo que as proporções mais elevadas se encontravam nos Acabamentos de Têxteis (94,1%) e na Indústria do Calçado (92,2%). Relativamente à Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis, o Norte era responsável por 55,5% do total em Portugal. A menor proporção, mas ainda assim importante, encontrava-se na Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base da farinha (34,3%).

Figura 32 – Proporção da população empregada do Norte no total nacional (Os 10 principais ramos industriais do Norte).



² Os censos de 2021 só tem informação desagregada a três dígitos.

Quadro 13 – População empregada nos ramos industriais do Norte com mais de 1000 trabalhadores, 2021

#	Ramo industrial	Norte	Norte/ Portugal	#	Ramo industrial	Norte	Norte/ Portugal
1	Confeção de artigos de vestuário, excepto artigos de peles com pêlo	57 300	84,7%	26	Fabricação de produtos químicos de base, adubos e compostos azotados	2 409	33,1%
2	Indústria do calçado	37 927	92,2%	27	Fabricação de outros produtos alimentares	2 344	28,7%
3	Fabricação de elementos de construção em metal	28 130	46,5%	28	Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo; (...)	2 295	53,7%
4	Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis	28 083	55,5%	29	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos	2 292	46,8%
5	Fabrico de mobiliário e de colchões	24 333	63,0%	30	Fundição de metais ferrosos e não ferrosos	2 177	52,6%
6	Fabricação de outros têxteis	19 691	80,8%	31	Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos, (...)	2 174	15,5%
7	Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria,	13 756	57,4%	32	Indústria de lacticínios	2 162	28,3%
8	Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	12 384	34,3%	33	Fabricação de veículos automóveis	2 106	19,8%
9	Acabamento de têxteis	7 507	94,1%	34	Fabricação de vidro e artigos de vidro	2 104	31,4%
10	Fabricação de artigos de matérias plásticas	6 992	43,8%	35	Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	2 049	30,7%
11	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	6 468	35,7%	36	Fabricação de reservatórios, recipientes, caldeiras e radiadores	2 032	45,3%
12	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	5 769	41,6%	37	Preparação e fiação de fibras têxteis	2 024	73,4%
13	Fabricação de papel e de cartão canelados e de artigos de papel, (...)	5 032	48,6%	38	Indústrias transformadoras, n.e.	1 894	47,3%
14	Fabricação de outros produtos metálicos	4 752	64,1%	39	Serração, aplainamento e impregnação da madeira	1 877	39,0%
15	Indústria das bebidas	4 728	40,4%	40	Fabricação de fios e cabos isolados e seus acessórios	1 659	61,1%
16	Reparação e manutenção de produtos metálicos, máquinas e equipamentos	4 576	28,1%	41	Construção naval	1 627	47,5%
17	Fabricação de artigos de malha	4 564	94,2%	42	Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	1 573	51,3%
18	Tecelagem de têxteis	4 059	85,4%	43	Fabricação de tintas, vernizes e produtos similares; mastiques, (...)	1 439	57,1%
19	Fabricação de artigos de borracha	3 994	74,2%	44	Fabricação de máquinas e de equipamentos para uso geral	1 332	38,0%
20	Fabricação de outras máquinas para uso geral	3 681	43,9%	45	Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares, (...)	1 321	68,0%
21	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	3 668	50,3%	46	Fabricação de produtos de betão, gesso e cimento	1 318	27,4%
22	Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais, (...)	3 593	42,9%	47	Fabricação de preparações farmacêuticas	1 311	17,3%
23	Abate de animais, preparação e conservação de carne, (...)	3 258	27,4%	48	Instalação de máquinas e de equipamentos industriais	1 303	33,0%
24	Fabricação de outras máquinas e equipamento para uso específico	3 237	55,1%	49	Fabricação de aparelhos para uso doméstico	1 265	29,8%
25	Fabricação de motores, geradores e transformadores eléctricos e (...)	2 879	51,3%	50	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	1 172	38,6%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos de 2021

Do ponto de vista territorial, a Área Metropolitana do Porto, Ave, Tâmega e Sousa, Cávado e Alto Minho concentravam 97,1% da população empregada nas Indústrias Transformadoras do Norte em 2021, sendo que os restantes 2,9% dizia respeito ao Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega (Cf. Figura 33).

Em termos relativos, e em linha com a dimensão populacional, a Área Metropolitana do Porto era, destacadamente, a sub-região com mais população empregada nas Indústrias Transformadoras do Norte, representando 44,6% do total da Região, seguindo-se o Ave e Tâmega e Sousa com 18,9% e 14,5%, respetivamente. No outro extremo encontrava-se o Alto Tâmega com, apenas, 0,6%.

A localização industrial é propensa à formação de *clusters* geográficos, devido aos benefícios do lado da oferta e da procura da economia. Do lado da oferta, a partilha de mercados de trabalho mais amplos e diversificados permite obter as competências para a produção dos diferentes bens. Do lado da procura, a proximidade de grandes centros populacionais possibilita o escoamento dos produtos para o mercado local com menores custos de transporte.

Devido às razões de localização mencionadas anteriormente, os cinco municípios mais industrializados do Norte representavam 32,5% do emprego das Indústrias Transformadoras da Região em 2021. Com maior preponderância acumulada, os dez mais industrializados concentravam 52,1%, enquanto os 20 mais eram responsáveis por 75,9%.

O município de Guimarães era o que apresentava mais população empregada nas Indústrias Transformadoras (28 480) em 2021 seguindo-se Vila Nova de Famalicão (23 984), Santa Maria da Feira (22 481), Vila Nova de Gaia (21 505) e Barcelos (21 096). Importa referir que, no TOP 20 dos mais industrializados do Norte, nenhum concelho pertencia aos territórios de baixa densidade.

Considerando os municípios pertencentes às sub-regiões do Douro, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega, os mais industrializados eram simultaneamente, os mais populosos. O de Vila Real tinha 1 534 trabalhadores das Indústrias Transformadoras em 2021, correspondendo a 29,4% do total da sub-região do Douro. O concelho de Bragança tinha 1 223 empregadas neste ramo (39,9% do total de Terras de Trás-os-Montes), enquanto o

concelho de Chaves, com 1 085 trabalhadores, era responsável por 47,0% do emprego das Indústrias Transformadoras do Alto Tâmega, a maior proporção entre todos os concelhos do Norte (Cf. Figura 35).

Figura 33 – Proporção de cada NUTS III no emprego das Indústrias Transformadoras do Norte, 2021

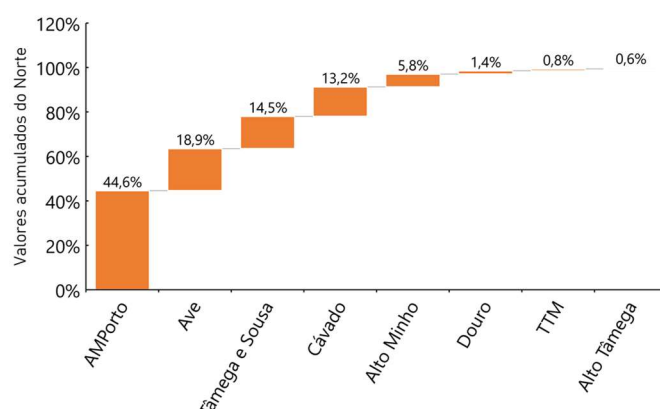


Figura 34 – Os 20 municípios do Norte com mais emprego nas Indústrias Transformadoras, 2021

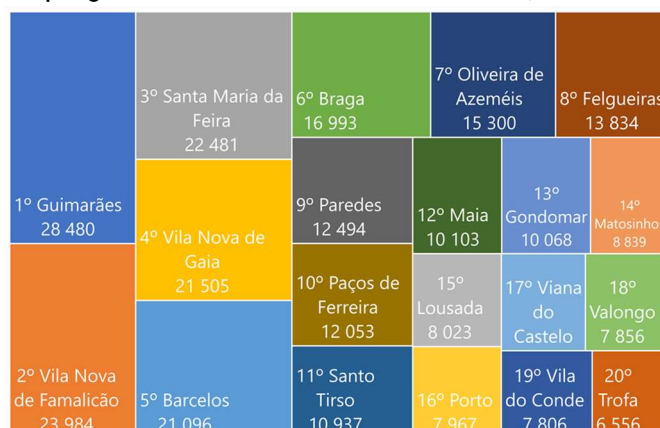
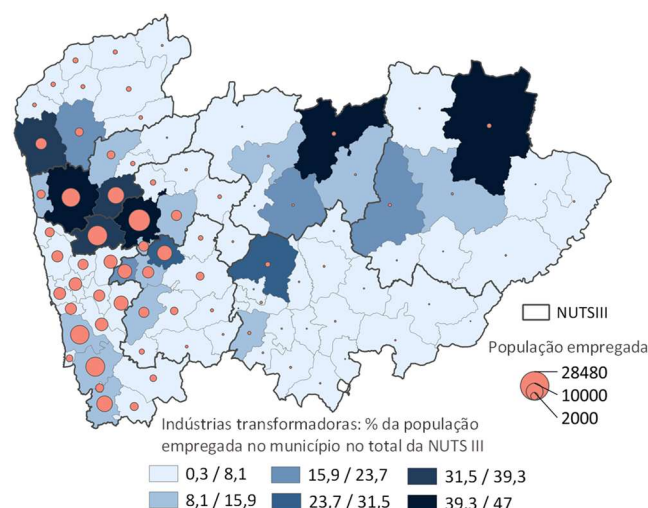


Figura 35 – População empregada nas Indústrias Transformadoras, 2021



Considerando-se a especialização industrial, a Fabricação de componentes e acessórios para automóveis, assim como a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo estão presentes entre as atividades industriais mais importantes (TOP 5) em cinco sub-regiões do Norte.

No primeiro caso, a população empregada na Fabricação de componentes e acessórios para automóveis tem uma forte presença no Alto Minho, Cávado, Área Metropolitana do Porto, Terras de Trás-os-Montes e Douro. Por seu turno, a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo, é das principais atividades industriais no Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Sousa.

Na sub-região do Alto Minho, a Fabricação de componentes e acessórios para automóveis é, destacadamente, o maior empregador industrial, com 6 503 trabalhadores em 2021, o que representa 31,0% do emprego das Indústrias Transformadoras nesta sub-região, seguindo-se a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo (1779) e a Fabricação de elementos de construção em metal (1775).

Na sub-região do Cávado, a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo é o maior empregador industrial com 13 513 trabalhadores, o que representa 28,3% do emprego industrial nesta sub-região, à qual se segue a Fabricação de elementos de construção em metal (4 590) e a Fabricação de componentes e acessórios para automóveis (3 902).

A sub-região do Ave tem um forte *cluster* industrial associado ao setor dos têxteis. As duas principais atividades industriais são a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo (16 497) e a Fabricação de outros têxteis (8 418), seguindo-se a Indústria do Calçado (7 720). Importa referir que os Acabamentos de têxteis são a quinta atividade industrial com mais emprego (3 505).

A Indústria do calçado é o ramo industrial com maior população empregada na sub-região do Tâmega e Sousa, com 14 615 trabalhadores, seguindo-se a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo (11 396) e o Fabrico de mobiliário e de colchões (7 877). Nesta sub-região, o setor associado à madeira é muito relevante, uma vez que existe uma

presença importante da Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, exceto mobiliário (1 147).

A Área Metropolitana do Porto tem a estrutura mais diversificada, uma vez que 33 ramos industriais têm mais do que 1 000 trabalhadores. Ainda assim, os principais ramos de atividade não são muito diferentes das sub-regiões analisadas até aqui. Desde logo, a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo é a que tem mais trabalhadores industriais (13 932), seguindo-se a Indústria do Calçado (13 750), a Fabricação de elementos de construção em metal (13 578) e a Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis (12 878).

Nos territórios de baixa densidade, a estrutura industrial tem ramos que não se encontram nas restantes sub-regiões. Em Terras de Trás-os-Montes, a principal atividade industrial é a Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis com 632 trabalhadores (87,7% localizados em Bragança), seguindo-se a Fabricação de elementos de construção em metal (447), a Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha (295), o Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (280) e a Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, exceto mobiliário (138).

Na sub-região do Alto Tâmega, a Fabricação de elementos de construção em metal é o ramo industrial com mais população empregada (319), seguindo-se a Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha (304), a Fabricação de outros têxteis (190), a Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção (176) e o Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (142).

Na sub-região do Douro, o ramo industrial mais importante em matéria de emprego é, destacadamente, a Indústria das bebidas (1 220), seguindo-se a Fabricação de elementos de construção em metal (696), a Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha (567) e a Fabricação de componentes e acessórios para veículos automóveis (316).

Figura 36 – População empregada nos 5 principais ramos industriais de cada NUTS III do Norte, 2021



6. As curvas de especialização económica nas sub-regiões do Norte

Na análise que se segue procedeu-se à avaliação do perfil de especialização da estrutura produtiva das sub-regiões do Norte. Foi analisada a distribuição da população empregada por todos os ramos de atividade, de modo a inferir quais as sub-regiões que apresentam uma maior concentração (ou dispersão) do emprego. Assim, os territórios onde a população empregada se encontra concentrada num conjunto mais reduzido de atividades económicas, apresentam um grau de especialização superior aos territórios nos quais, pelo contrário, a população empregada se encontra distribuída por um conjunto mais amplo de setores de atividade económica.

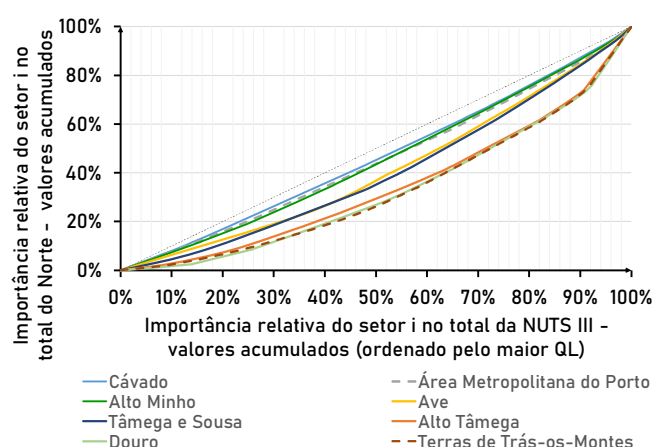
Existem diversas medidas que permitem avaliar o grau de especialização ou diversificação dos territórios. A figura 37 representa a **Curva de Especialização**³ das sub-regiões do Norte, e permite comparar o grau de especialização relativo de cada uma das sub-regiões, tendo como referência a estrutura setorial do Norte (a região padrão), a qual se encontra representada pela diagonal do gráfico.

A Curva de Especialização possibilita uma visualização imediata dos diferentes graus de especialização dos territórios em análise. As curvas que se encontram mais afastadas da diagonal correspondem às sub-regiões que apresentam um maior grau de especialização regional, enquanto as curvas mais próximas da origem dizem respeito a sub-regiões mais diversificadas.

A Curva de Especialização é elaborada com base na formulação utilizada para o cálculo do Quociente de Localização (QL) da população empregada, uma das medidas geralmente usadas em análise regional para avaliar o grau relativo de concentração de um determinado setor de atividade num dado território, face ao grau de concentração no total do Norte. Assim, no eixo das abcissas encontra-se representada a proporção acumulada da importância relativa que os setores (ordenados pelo QL) assumem em cada NUTS III e no eixo das ordenadas a importância acumulada que os mesmos setores têm

no Norte. Para o efeito, a variável que continua a utilizar-se para medir o nível de diversificação/especialização das sub-regiões é a população empregada, por secção (primeiro nível) da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE – Rev. 3).

Figura 37 – Curva de Especialização das sub-regiões do Norte com base na população empregada, 2021



De acordo com a figura 37, as sub-regiões do Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes apresentam um grau de especialização superior ao das restantes sub-regiões do Norte, sendo que na leitura dos resultados apresentados pela Curva de Especialização deve ter-se em consideração que os diferentes graus de especialização sub-regionais se comparam com a estrutura setorial que o Norte apresenta.

Por exemplo, nas atividades económicas do Alto Tâmega que concentram mais de metade do seu emprego (54,1%) corresponde uma proporção relativa de 32,7% no Norte. De forma análoga, as atividades económicas com 55,3% do emprego no Douro representam uma importância relativa de 31,6% no Norte. Em Terras de Trás-os-Montes, as atividades económicas que concentram 55,5% do emprego representam 31,4% no Norte.

Nas restantes sub-regiões, os graus de especialização são menores. Usando a mesma correspondência, a Área Metropolitana do Porto e o Cávado têm as estruturas económicas mais

³ Aplicação baseada no documento do INE – Revista de Estudos Regionais (nº 5), Conceitos e Metodologias, Medidas de Especialização Regional

diversificadas e, subsequentemente, mais próximas da estrutura económica do Norte. Por exemplo, na Área Metropolitana do Porto, as atividades económicas que concentram 57,2% do emprego correspondem a uma proporção de 50,6% no Norte. No Cávado, as atividades económicas com 48,9% do emprego têm uma proporção de 43,9% no Norte.

Como se pode concluir, a dimensão de cada sub-região (neste caso, avaliada com base na população empregada em cada NUTS III) influencia o grau de especialização. As sub-regiões com mercados de trabalho maiores, como são os casos da Área Metropolitana do Porto, Cávado e, também, do Ave têm estruturas económicas mais diversificadas porque podem ter mais empresas com a escala mínima para serem competitivas em diferentes ramos de atividade. As sub-regiões com mercados de trabalho mais reduzidos necessitam de concentrar recursos em poucas atividades para serem eficientes, e por essa razão, o Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes apresentam estruturas menos diversificadas.

A medida de análise regional que sintetiza, analiticamente, a Curva de Especialização é o **Coeficiente de Especialização**. Este indicador agregado, compara a importância que os setores de atividade têm numa dada região, em relação à importância que esses mesmos setores têm na região padrão.

O Coeficiente de Especialização encontra-se compreendido num intervalo que varia entre 0 e 1. Um valor igual a 0 significa que a região em análise apresenta uma estrutura produtiva equivalente à da região de referência. Por sua vez, quanto mais próximo de 1 estiver o Coeficiente de Especialização, maior é o grau de especialização da estrutura setorial da região em análise face ao da região padrão. Assim, com base no Coeficiente de Especialização, procedeu-se à avaliação do grau de especialização das 8 sub-regiões do Norte. Naturalmente, a região padrão utilizada consiste na região do Norte.

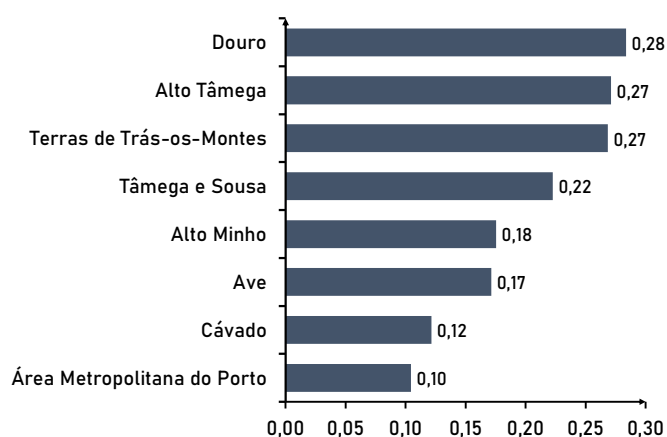
Na análise que se apresenta de seguida, considerou-se a população empregada nas diferentes atividades económicas, segundo um nível de desagregação mais detalhado do que o considerado para o cálculo da Curva de Especialização. Ou seja, foram observados os 272 grupos setoriais correspondentes à

desagregação a três dígitos da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE – Rev. 3), em vez de se utilizar a secção (primeiro nível) da CAE – Rev. 3.

De acordo com o Coeficiente de Especialização, verificou-se que a sub-região do Douro é a que apresenta o grau de especialização mais elevado (0,28), seguindo-se o do Alto Tâmega (0,27) e de Terras de Trás-os-Montes (0,27). Como se pode verificar, estas sub-regiões têm valores muito próximos.

Por sua vez, a Área Metropolitana do Porto apresenta-se como a sub-região com maior grau de diversificação (0,10), seguindo-se o Cávado (0,12), o Ave (0,17), o Alto Minho (0,18) e o Tâmega e Sousa (0,22). Note-se que as primeiras quatro sub-regiões mencionadas anteriormente são as que apresentam, pela ordem citada, os níveis de PIB por habitante mais elevados no Norte em 2021, de modo que a diversificação económica em sub-regiões populosas pode ser benéfica para o crescimento económico.

Figura 38 – Coeficiente de Especialização das sub-regiões do Norte, 2021



Para uma análise mais detalhada em termos territoriais, a avaliação que se realiza de seguida considera a distribuição da população empregada nos 86 municípios da Região do Norte, segundo os diferentes grupos (desagregação a três dígitos) da CAE – Rev. 3. A ideia consiste em calcular o Coeficiente de Especialização em cada município.

Tendo em conta o Coeficiente de Especialização, o município que apresenta o maior grau de diversificação é o de Valongo, pertencente à Área Metropolitana do Porto. O município com a segunda

estrutura setorial mais diversificada pertence à sub-região do Cávado (Braga). Os três municípios que se seguem na lista dos que apresentam uma maior diversificação da sua estrutura económica localizam-se na Área Metropolitana do Porto (Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), sendo que o município de Viana do Castelo (Alto Minho) é o sexto mais diversificado do Norte.

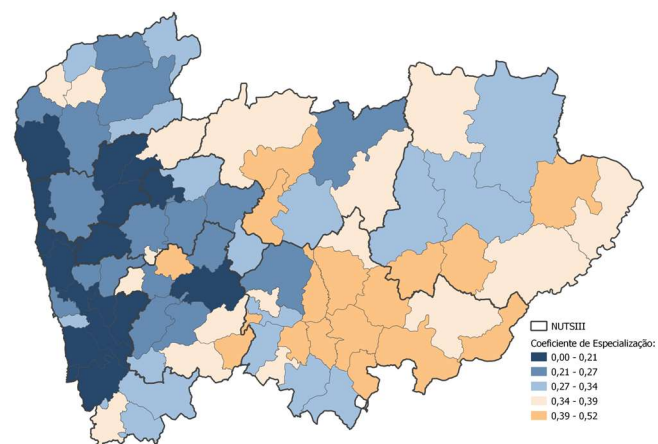
Para além destes, e conforme se pode verificar no quadro 14, que apresenta os 20 concelhos do Norte com o maior grau de diversificação setorial, a maior parte dos concelhos localizam-se na Área Metropolitana do Porto (Gondomar, Maia, Espinho, Paredes, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, Trofa e Matosinhos). Contudo, também se destacam três concelhos da sub-região do Cávado (Esposende, Vila Verde e Amares), dois da sub-região do Ave (Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão) e um da sub-região do Tâmega e Sousa (Amarante).

Pelo contrário, os municípios que apresentam um grau de especialização mais acentuado do Norte pertencem às sub-regiões do Douro (São João da Pesqueira, Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio e Armamar), de Terras de Trás-os-Montes (Alfândega da Fé) e do Alto Tâmega (Ribeira de Pena e Boticas). De facto, na lista dos 20 concelhos com o maior grau de especialização (quadro 15), a maioria localiza-se em territórios de baixa densidade. Na sub-região do Douro encontram-se, ainda, Alijó, Vila Nova de Foz Côa, Carrazeda de Ansiães, Penedono, Tabuaço, Sabrosa e Torre de Moncorvo. São, ainda, de referir dois concelhos de Terras Trás-os-Montes (Vila Flor e Vimioso), dois concelhos do Tâmega e Sousa (Felgueiras e Resende), um concelho da sub-região do Ave (Vizela) e um concelho do Alto Tâmega (Montalegre).

O Coeficiente de Especialização permite obter informação sobre o grau de especialização dos diferentes territórios. Note-se, contudo, que uma sub-região com um grau de especialização equivalente ao de outra sub-região não significa que os dois territórios se encontrem especializados nas mesmas atividades económicas. No sentido de avaliar quais os setores de atividade económica mais importantes nos concelhos do Norte que apresentam um grau de especialização mais significativo, procedeu-se à análise dos setores que empregam

mais trabalhadores, no conjunto da população empregada em cada um dos concelhos.

Figura 39 – Grau de especialização dos concelhos do Norte, segundo o Coeficiente de Especialização



No grupo de concelhos mais especializados do Norte, as atividades económicas que concentram o maior número de trabalhadores são, na sua maioria, as Culturas permanentes e a Administração pública. Estas duas atividades localizam-se, sobretudo, em territórios de baixa densidade, onde a presença do setor industrial e de outros serviços privados têm menor importância relativa. Neste contexto, a especialização destes territórios resulta do aproveitamento dos recursos endógenos e do fornecimento de bens e serviços públicos em territórios com menos população.

De referir, ainda, que existem outros municípios fora dos territórios de baixa densidade com uma especialização económica elevada. A Indústria do calçado é a atividade económica mais importante em Felgueiras e Vizela. Outros setores que representam a principal atividade económica em concelhos do Norte com níveis de especialização elevados são a Construção de edifícios (residenciais e não residenciais) e a Agricultura e produção animal no seu conjunto.

De igual modo, também se procedeu à avaliação dos setores de atividade económica que são mais importantes em concelhos que apresentam um grau de diversificação superior, no conjunto dos concelhos do Norte. Nos concelhos com um grau de diversificação mais acentuado, as principais atividades económicas que se destacam, por apresentarem a maior relevância, em termos da

população empregada são o comércio a retalho em estabelecimentos não especializados e a Construção de edifícios (residenciais e não residenciais). Para além disso, são também de salientar as Atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento, a Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de

peles com pelo, a Administração pública em geral, económica e social, o Fabrico de mobiliário e de colchões, a Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, exceto mobiliário e a Fabricação de elementos de construção em metal.

Quadro 14 – 20 Concelhos do Norte com estruturas económicas mais diversificadas, 2021

	Coeficiente de Especialização	Atividade económica mais importante (população empregada) no concelho (%)	
Concelhos do Norte com maior grau de diversificação			
Valongo	0,143	Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	5,1%
Braga	0,147	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	5,3%
Póvoa de Varzim	0,147	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	5,9%
Vila do Conde	0,149	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	5,2%
Vila Nova de Gaia	0,157	Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	4,6%
Viana do Castelo	0,160	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	6,0%
Gondomar	0,167	Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	5,2%
Maia	0,170	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	4,2%
Esposende	0,173	Confeção de artigos de vestuário, excepto artigos de peles com pêlo	9,0%
Vila Verde	0,177	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	10,9%
Espinho	0,188	Administração pública em geral, económica e social	4,9%
Amares	0,192	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	9,8%
Póvoa de Lanhoso	0,194	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	9,8%
Paredes	0,201	Fabrico de mobiliário e de colchões	15,0%
Amarante	0,204	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	15,1%
Santa Maria da Feira	0,205	Fabricação de artigos de madeira, de cortiça, de espartaria e de cestaria, excepto mobiliário	8,3%
Vila Nova de Famalicão	0,206	Confeção de artigos de vestuário, excepto artigos de peles com pêlo	7,6%
Santo Tirso	0,207	Confeção de artigos de vestuário, excepto artigos de peles com pêlo	9,2%
Trofa	0,208	Fabricação de elementos de construção em metal	5,1%
Matosinhos	0,209	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	4,8%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos de 2021

Quadro 15 – 20 Concelhos do Norte com um maior grau de especialização económica, 2021

	Coeficiente de Especialização	Atividade económica mais importante (população empregada) no concelho (%)	
Concelhos do Norte com maior grau de especialização			
São João da Pesqueira	0,510	Culturas permanentes	29,8%
Freixo de Espada à Cinta	0,482	Administração pública em geral, económica e social	17,2%
Mesão Frio	0,457	Culturas permanentes	14,3%
Armamar	0,442	Culturas permanentes	12,8%
Alfândega da Fé	0,430	Administração pública em geral, económica e social	15,4%
Ribeira de Pena	0,424	Administração pública em geral, económica e social	14,6%
Boticas	0,423	Administração pública em geral, económica e social	10,4%
Alijó	0,420	Culturas permanentes	19,5%
Vila Nova de Foz Côa	0,418	Culturas permanentes	14,4%
Carraceda de Ansiães	0,417	Culturas permanentes	14,0%
Vila Flor	0,416	Administração pública em geral, económica e social	9,5%
Penedono	0,411	Culturas temporárias	12,5%
Tabuaço	0,408	Culturas permanentes	14,6%
Sabrosa	0,408	Culturas permanentes	13,2%
Vimioso	0,406	Administração pública em geral, económica e social	12,8%
Felgueiras	0,397	Indústria do calçado	40,9%
Resende	0,388	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	11,7%
Vizela	0,385	Indústria do calçado	13,1%
Torre de Moncorvo	0,382	Administração pública em geral, económica e social	10,6%
Montalegre	0,382	Agricultura e produção animal combinadas	11,6%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos de 2021.

Conclusões

Entre 2011 e 2021, o Norte perdeu 2,8% da população residente, tendo sido uma redução mais acentuada do que a observada em Portugal (2,1%). Esta dinâmica de declínio demográfico na Região inverteu a tendência de crescimento populacional que se tinha registado nos censos anteriores. Entre 1991 e 2001, a população residente da Região aumentou 6,2%, para depois crescer marginalmente (0,1%) na década seguinte entre 2001 e 2011.

O declínio demográfico do Norte entre 2011 e 2021 foi acompanhado, no entanto, por evoluções contrárias nos saldos natural e migratório. Devido ao aumento do envelhecimento da população e à redução da taxa de natalidade, o saldo natural neste período foi negativo (-76 865), enquanto o saldo migratório foi positivo (2 972), embora apresentando um valor reduzido.

O saldo migratório entre 2011 e 2021 teve um valor positivo devido à forte recuperação observada entre 2016 e 2021, que mais do que compensou a redução registada no início da década. Nesse período, entre 2016 e 2021, o saldo migratório do Norte alcançou um valor acumulado de 60 984 pessoas. No último ano, em 2021, o saldo migratório atingiu o valor mais elevado dos últimos 30 anos: 20 834 pessoas.

O bom desempenho do saldo migratório esteve associado ao reforço da atratividade da Região em várias dimensões, como a da competitividade. De acordo com o relatório da Comissão Europeia (EU Regional Competitiveness Index 2.0 – 2022 edition), entre 2016 e 2022, o Norte foi a segunda região europeia com o maior aumento na competitividade, devido sobretudo ao crescimento da eficiência económica e da inovação.

O quadro demográfico do Norte continua, no entanto, a ser assimétrico em várias dimensões. Nos censos de 2021, tal como em todos os anteriores em análise, os territórios de baixa densidade continuam a apresentar, simultaneamente, os declínios populacionais mais acentuados, as menores taxas de natalidade e as maiores taxas de mortalidade e de envelhecimento. Entre 2011 e 2021, as reduções populacionais mais acentuadas ocorreram no Alto Tâmega (-10,5%), Douro (-10,4%) e Terras de Trás-os-Montes (-8,7%), enquanto as menos significativas

observaram-se no Tâmega e Sousa (-5,6%), Alto Minho (-5,5%), Ave (-1,6%) e Área Metropolitana do Porto (-1,6%). Nesse período, apenas a sub-região do Cávado observou um crescimento populacional de 1,6%.

Contudo, as assimetrias territoriais nestes indicadores têm vindo a diminuir ao longo dos últimos 30 anos. Entre 2011 e 2021, apenas 9 municípios do Norte viram a população residente aumentar, um valor que compara com 25 entre 2001 e 2011 e 40 entre 1991 e 2001. Ao mesmo tempo, a taxa de natalidade do Norte tem vindo a diminuir ao longo dos últimos 30 anos em todos os municípios da Região. Entre 2011 e 2021, nasceram, em média anual, 7,5 nados vivos por cada 1 000 habitantes do Norte, um valor que compara com 9,7 e 12,1 nas décadas de 2001 a 2011 e de 1991 a 2001, respetivamente.

Do ponto de vista da ocupação do território, a proporção da população residente em APU tem vindo a aumentar, sucessivamente, no Norte ao longo dos últimos 30 anos. Nos Censos de 2021, a proporção foi de 74,8%, um valor que compara com 72,1% em 2011 e com 66,5% em 1991. As sub-regiões do Norte têm, no entanto, níveis de urbanização bastante diferenciados. Em 2021, a Área Metropolitana do Porto era, destacadamente, a sub-região com a maior proporção da população residente em APU (92,3%), seguindo-se o Ave (75,2%), Cávado (69,1%), Tâmega e Sousa (58,3%), Alto Minho (49,4%), Terras de Trás-os-Montes (41,5%), Douro (33,5%) e Alto Tâmega (23,7%).

A ligação entre a demografia e a economia é evidente em várias dimensões, inclusive no grau de especialização/diversificação setorial. Em 2021, as sub-regiões de maior dimensão populacional, como são os casos da Área Metropolitana do Porto, Cávado e Ave tinham estruturas económicas mais diversificadas, enquanto as de menor dimensão populacional (o Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) tinham estruturas económicas mais especializadas. Nestas últimas, a estrutura setorial do emprego está dependente da localização de ativos com menor mobilidade interregional, como são os casos dos recursos endógenos, do património natural e do emprego público. As atividades económicas mais intensivas em recursos de maior mobilidade, como são os casos das Indústrias Transformadoras e dos serviços privados do terciário superior, localizam-se

maioritariamente em territórios e municípios de maior densidade populacional, no sentido de aproveitarem as diferentes economias de escala e a existência de recursos humanos mais qualificados. De facto, de acordo com os censos de 2021, 97,1% do emprego das Indústrias Transformadoras estava localizado na Área Metropolitana do Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Sousa e Alto Minho. Apesar de, apenas, 2,9% do emprego das indústrias transformadoras do Norte estar localizado nas sub-regiões do Douro, Alto Tâmega e Terras de Trás-os-Montes, estes territórios têm, no TOP 5 da sua estrutura industrial, um *mix* de atividades intensivas em capital que transcendem a simples transformação industrial de bens primários.

São os casos da Fabricação de componentes e acessórios para automóveis (localizados em Terras de Trás-Os-Montes e Douro), e a Fabricação de elementos de construção em Metal (Alto Tâmega). Acresce que estas atividades estão localizadas nas principais cidades destes territórios, de modo que a aceleração da urbanização através da concentração de pessoas será um elemento importante para a localização de empresas destes ramos. Por um lado, a concentração populacional nas principais cidades aumentará a oferta local de mão-de-obra, por outro lado, tornará rentável a existência de outros serviços privados importantes para reforçar a atratividade dos territórios de baixa densidade.

NORTE ESTRUTURA

CENTRO DE ESTUDOS DO TERRITÓRIO E DA REGIÃO

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Coordenação técnica: Vasco Leite

Equipa técnica: Ana Correia e Josefina Gomes

Contactos: Gabinete de Marketing e Comunicação: gabinete.comunicacao@ccdr-n.pt